

**ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO
ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAL**

Projeto Político Pedagógico

QUARTO CENTENÁRIO

NOVEMBRO - 2021

Sumário

INTRODUÇÃO	3
1. MARCO SITUACIONAL	4
1.1 Identificação da Instituição de Ensino.....	4
1.1.1 Localização da Mantenedora	4
1.1.2 Aspecto Histórico da Instituição de Ensino:	5
1.1.3 Estrutura Física:	7
1.1.4 Materiais e Espaços Pedagógicos:.....	8
1.1.5 Caracterização do Atendimento.....	8
1.1.6 Recursos Humanos	9
1.1.7 Quantidade de estudantes:	9
1.1.8 Sistema de avaliação.....	10
1.2 Diagnóstico da Instituição de Ensino	10
1.2.1 Perfil da Comunidade Escolar	10
1.2.2 Indicadores Educacionais	12
1.2.3 Ensino aprendizagem.....	15
1.2.4 Organização das aulas não presenciais.....	15
1.2.5 Organização dos tempos e espaços pedagógicos.....	16
1.2.6 Atendimento Educacional Especializado ao público alvo da Educação Especial	17
1.2.7 Articulação entre as etapas de ensino	17
1.2.8 Superação a Evasão e Abandono Escolar.....	18
1.2.9 Articulação da instituição com os pais ou responsáveis.....	19
1.2.10 Organização da Instituição de Ensino frente ao acompanhamento e realização da hora atividade.....	20
1.2.11 Formação continuada para profissionais da instituição de ensino.....	20
1.2.12 Gestão Escolar	21
1.2.13 Oferta de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório	23
1.2.14 Organização das Turmas	24
2. MARCO CONCEITUAL	25
Concepções:.....	27
Homem (infância, adolescência, juventude, adulto e idoso)	27
Sociedade.....	29

Educação.....	29
Currículo.....	30
Processo ensino-aprendizagem.....	30
Ensino remoto.....	31
Ensino híbrido	32
Estágio obrigatório e não obrigatório	32
Educação inclusiva	33
Tecnologia	37
Avaliação de aprendizagem.....	38
Formação continuada.....	39
Alfabetização e letramento	40
Desenvolvimento humano	41
Cuidar, educar e brincar.....	42
3. MARCO OPERACIONAL.....	43
3.1 Objetivos e Ações da Instituição de Ensino	43
3.1.1 Objetivos da Instituição de Ensino	44
3.1.2 Plano de ação da instituição de ensino	44
3.2 Encaminhamentos e Ações Didático-pedagógicas Permanentes.....	44
3.2.1 Organização das aulas não presenciais	44
3.2.2 Ao Atendimento Educacional Especializado	45
3.2.3 Instâncias Colegiadas	46
3.2.4 Conselho de Classe.....	47
3.2.5 Avaliação e Recuperação de Estudos	47
3.2.6 Adaptação de Estudos.....	48
3.2.7 Classificação e Reclassificação	48
3.2.8 Progressão Parcial	50
3.2.9 Aproveitamento de Estudos.....	50
3.2.10 Articulação entre etapas de ensino	51
3.2.11 Superação a Evasão e Abandono Escolar.....	51
3.2.12 Articulação da Instituição de Ensino com as famílias.....	51
3.2.13 Estágio Obrigatório e/ou Não Obrigatório	52
3.2.14 Organização da Instituição de Ensino frente ao acompanhamento e realização da hora atividade.....	53
3.2.15 Formação Continuada para os profissionais da instituição de ensino	53
3.2.16 Avaliação de Desempenho dos Profissionais da educação	54
3.3 Outras atividades complementares ofertadas pela instituição de ensino	55

3.4 Proposta Pedagógica Curricular (PPC)	56
3.5 Matriz Curricular	56
3.6 Calendário Escolar.....	56
4. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO	57
5. REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

Desde a promulgação da Constituição Brasileira em 1988 e posteriormente com a criação da LDB em 1996, a educação passa a seguir parâmetros nacionais a se organizar conforme a legislação vigente. A construção do Projeto Político Pedagógico é resultado de uma série de trabalhos coletivos, estudos e reflexões sobre a realidade e os acontecimentos presentes na instituição, e também das mudanças que ocorrem no cenário educativo que requerem adaptações do coletivo escolar, ou seja, um diagnóstico da situação e as possibilidades de intervenções que venham garantir um ensino de qualidade, respeitando as diferenças e a individualidade de cada um.

A intenção é eleger os pontos de atenção e traçar metas para o processo educativo efetivando-se por uma Pedagogia de Infância significativa, constituída por um currículo centrado no caráter lúdico da aprendizagem, priorizando a interação das crianças com os adultos, com elas próprias e com o mundo, através do resgate da imaginação, do brincar, dos desafios cotidianos e das diferentes formas de trabalho, priorizando a diversificação de linguagens expressivas e zelando pelo desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos: motor, psicológico, social e cognitivo.

Este projeto altera a organização do trabalho escolar com a instituição de uma nova identidade, tanto para os professores quanto para os alunos, por trazer um novo sentido, uma nova relação educativa em que todos avaliam todos.

A construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Presidente Castelo Branco – Ensino Fundamental tem o intuito de efetivar as relações do processo educativo mediante a participação do coletivo escolar na formulação das políticas que nortearão os trabalhos da escola. Inúmeros avanços foram alcançados, proporcionando assim resultados satisfatórios. No entanto, a educação é algo dinâmico, que exige constantemente o aprimoramento nos esforços de cumprir sua tarefa de ensinar com qualidade a todos que a ela tenham acesso, garantindo-lhe a permanência e sucesso na aprendizagem.

O objetivo da construção do Projeto Político Pedagógico é fazer com que a comunidade escolar participe e seja parte integrante da realidade da escola,

Tornando o caminho da educação uma via de mão de dupla onde todos transitam, assumindo o compromisso com o resultado de todo o processo ensino e aprendizagem.

Para tanto, buscou-se informações reais, tanto das famílias quanto dos profissionais, pois é de todos a tarefa para o avanço da educação, e com isso poder melhorar a sociedade em que vivemos.

Essa comunidade escolar está empenhada em construir uma sociedade democrática, pluralista, que respeite e promova os direitos individuais e coletivos, empregando mecanismos que propiciem a participação de todos nas decisões educativas.

Nessa perspectiva, é de suma importância a transparência numa gestão democrática que garanta o acesso do cidadão às informações e decisões propostas pela escola, para que seja também responsável pela definição das ações educativas a serem desenvolvidas no processo educativo.

Na abordagem vigostkiana, o desenvolvimento humano é compreendido não como a decorrência de fatores isolados que amadurecem, nem tampouco de fatores ambientais que agem sobre o organismo controlando seu comportamento, mas sim como produto de trocas recíprocas, que se estabelecem durante toda a vida, entre indivíduo e meio, cada aspecto influenciando sobre o outro.

1. MARCO SITUACIONAL

1.1 Identificação da Instituição de Ensino

1.1.1 Localização da Mantenedora

Identificação da Instituição	Presidente Castelo Branco Ensino Fundamental- Anos Iniciais
Código da Escola no Inep	41012127
Endereço	Rua José Freire de Almeida, nº40
Município	Bandeirantes do Oeste / Quarto Centenário

Código do Município no NRE	41012305
Telefone	(44) 3561-1112
NRE	Goioerê
E- mail	escolamunicipalpcb@outlook.com
Mantenedora	Prefeitura
Dependência Administrativa	Municipal
Ato de autorização da Instituição	Resolução 6354 de 07/12/2017
Ato de Reconhecimento da Instituição	Decreto nº. 3.037/80
Distância da Escola até o NRE	30 Km

1.1.2 Aspecto Histórico da Instituição de Ensino: com dualidade administrativa

A Escola Municipal Presidente Castelo Branco Ensino Fundamental - ano inicial exerce suas funções com dualidade administrativa nas dependências do Colégio Estadual do Campo Bandeirantes D'oeste Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio.

Este estabelecimento de ensino foi fundado aos 15 dias do mês de fevereiro de 1973, criado através do decreto nº. 3.037/80, com a denominação de Escola Presidente Castelo Branco. A origem do nome da escola partiu do critério do SEMEC. O professor José Carlos, deu a ideia de homenagear o Presidente Castelo Branco. Tal homenagem foi acatada por unanimidade pela comunidade e professores da época, portanto o patrono de nossa escola é o já falecido Presidente Castelo Branco.

Considerando que Humberto de Alencar Castelo Branco nasceu em Fortaleza, Ceará, destacando-se entre os principais chefes articulados do movimento Político Militar, sendo eleito pelo Congresso Nacional para a Presidência da República em 1964, desenvolveu um programa de contenção inflacionária apoiada em medidas ortodoxas, de crescimento e centralização dos poderes do estado, as expensas dos direitos e da liberdade de oposição, e de modernização burocrática e retomada do modelo desenvolvimentista em crise. Governou com excepcional autoridade, editando inclusive, diversos atos institucionais. Instituiu eleições indiretas para presidente e para governadores

estaduais e sancionou importantes leis criando novos ministérios, provendo a reforma agrária, criando o banco central da república e diversos novos órgãos administrativa. Morreu em desastre aéreo, após haver deixado a Presidência.

Passaram por este estabelecimento de ensino as seguintes diretoras: Maria Azevedo que assumiu em fevereiro de 1973, porém, não ficou até o final do ano letivo; Jandira Corsato Cunha assumiu em 1974, entregou o cargo no final do ano letivo; Josilda Ribeiro de Oliveira assumiu em 1975, entregou o cargo no final do ano letivo de 1982 e Sônia Aparecida Ribeiro assumiu em 1983, entregou o cargo no final do ano letivo de 2.008; Aparecida Mendes da Silva assumiu o cargo em Janeiro de 2.009, entregou o cargo no final do ano letivo de 2012; Dilma Maria dos Santos Ferreira Barbosa assumiu o cargo em Janeiro de 2013 e entregou o cargo em agosto de 2017; Devanildes Pereira Minzon assumiu o cargo em agosto de 2017 e entregou em janeiro de 2019 e Elizabete Rodrigues da Silva em seguida assumiu e está no cargo até o presente momento.

Em 1993, pelo decreto nº. 1565/93 foi criado o ensino Pré-Escolar com autorização de funcionamento através da resolução 5588/93, alterando sua nomenclatura para Escola Municipal Presidente Castelo Branco Ensino Pré-Escolar e de 1º grau.

No ano de 1997 foi autorizado o funcionamento de uma Classe Especial, na modalidade de deficiência mental pela resolução nº1870/97.

A partir de 1997, mudou de nomenclatura, da escola da resolução 158/97, alterou para Escola Municipal Presidente Castelo Branco - Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme disposto na deliberação nº 003/98, CEE e na resolução nº3120/98, passando assim, pertencer ao Município recém-criado de Quarto Centenário.

Em 2008 passou a ofertar o ensino fundamental de 9 anos, conforme resolução nº.02/07 do CEE onde continuou a ofertar a Educação Infantil com Pré I e Pré II, e Educação Fundamental das séries iniciais com duração de 5 anos, com 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano, e também em série como era o sistema antigo.

No ano de 2013 através da Resolução nº 2047 de 30/04/2013, foi autorizado o funcionamento do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano por 04 anos, válido até 31/12/2017.

Em 2015, a escola funcionava em dois turnos: matutino e vespertino, ofertando a educação infantil e o ensino fundamental dos anos iniciais no período matutino; e atividade complementar (Mais Educação) e sala de recursos no período vespertino. Houve também a cessação da Classe Especial, pela Resolução nº3861.

Em 2017, foi autorizado o funcionamento do Ensino Fundamental para mais dois anos através da Resolução nº 6354 de 07/12/2017, válida até 31/12/2019. Pelo parecer nº 25/2017 SEF e ato administrativo nº 142/2017 aprovou-se o adendo regimental de acréscimo ao Regimento Escolar que trata do recreio interativo.

No ano de 2018 a escola passou a funcionar somente no período matutino ofertando apenas o ensino fundamental de nove anos, com atividades complementares ofertadas na sede do município pela redução de número de alunos.

Em 2019, foram cessadas temporariamente as atividades do curso Educação Infantil da Escola Municipal Presidente Castelo Branco – Educação Infantil e Ensino Fundamental, pelo Decreto 1110/2019, Resolução nº 3106//9 e Ato Administrativo nº 100/2019 de 08 de agosto de 2019.

Integram a rede municipal de ensino da escola Presidente Castelo Branco Ensino Fundamental - Anos Iniciais, 09 professores que atuam em apenas um turno diários. Deste contingente, 09 possuem especialização. Possui direção, uma pedagoga, duas auxiliares de professores, uma professora de arte e educação física que supre as horas atividades.

A escola tem funcionamento em apenas um turno com 05 turmas, e no contraturno funciona o atendimento a sala de recurso, somando ao todo 52 alunos. Possui direção e 03 funcionários de serviços gerais, 01 pedagoga, e 01 estagiário auxiliar no atendimento ao educando.

1.1.3 Estrutura Física

Com área total construída de 2.247,95 M², a Escola Municipal Presidente Castelo Branco ocupa os seguintes espaços:

Sala para professores	01
-----------------------	----

Secretaria	01
Sala de coordenação	00
Salas de aula	05
Sala de direção	01
Sala de reforço	01
Sala de materiais esportivos	00
Cozinha	01
Dispensa	01
Lavanderia	00
Almoxarifado	01
Refeitório	01
Instalação sanitária para professores	01
Instalação sanitária para alunos	02

1.1.4 Materiais e Espaços Pedagógicos:

LOCAL	QUANTIDADE
Salas de aula	05
Sala de Recursos	01
Jogos de carteiras	60
Mesa de professor	05
Armário	10
Televisor	02
Projeter multimídia	01
Computadores	02
Impressora	01

1.1.5 Caracterização do Atendimento

ETAPA	TURNO	ANO/SÉRIE	Nº	DE	Nº	DE
-------	-------	-----------	----	----	----	----

			TURMAS	ALUNOS
Ensino Fundamental 1º ao 5º ano	Manhã	1º ano	01	10
		2º ano	01	10
		3º ano	01	12
		4º ano	01	12
		5º ano	01	08
Sala R. Multifuncional	Tarde	4º ano	01	02
		5º ano	01	02

1.1.6 Recursos Humanos

Função	Turno	Quantidade
Direção	Manhã/tarde	01
Coordenador pedagógico	Manhã	01
Professor (a)	Manhã	08
Professor auxiliar	Manhã	01
Estagiário auxiliar	Manhã	01
Professor de sala de recurso	Tarde	01
Secretário	Manhã/tarde	01
Cozinheira	Manhã/tarde	01
Serviços gerais	Manhã/tarde	01
Vigia	Manhã/tarde	01

1.1.7 Quantidade de estudantes:

Modalidade de ensino	Horário	Faixa etária dos alunos	Número de alunos
1º ano	07:45 as 11:45	06 anos	10
2º ano	07:45 as 11:45	07 anos	10
3º ano	07:45 as 11:45	08 anos	12
4º ano	07:45 as 11:45	09 anos	12

5º ano	07:45 as 11:45	10 anos	08
--------	----------------	---------	----

1.1.8 Sistema de avaliação

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular, o critério utilizado por esta Instituição de Ensino para a regra de cálculo resultará a média somatória bimestral. Para a composição da média do período avaliativo (bimestre), deverá ser obrigatoriamente proporcionado ao estudante no mínimo de 02(dois) instrumentos de avaliação e 02(dois) instrumentos de recuperação de estudos, podendo chegar ao máximo de 10(dez) instrumentos de avaliação e de 10(dez) instrumentos de recuperação, não havendo necessariamente a vinculação de um instrumento de recuperação para cada instrumento de avaliação (instrução 0015/2021/SUED/SEED).

A promoção dar-se-á de forma automática do 1º para o 2º ano com o parecer descritivo, desde que o aluno tenha a frequência mínima de 75%(setenta e cinco por cento);

Do 2º para o 3º ano, do 3º para o 4º ano e do 4º para o 5º ano a promoção será no final de cada ano para o aluno que atingir média anual igual ou superior a 6,0(seis virgula zero) em todos os componentes curriculares do ano letivo, e ter 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária no ano letivo.

1.2 Diagnóstico da Instituição de Ensino

1.2.1 Perfil da Comunidade Escolar

A comunidade atendida por esta Instituição é bastante diversificada tanto nas características sociais e econômicas, quanto culturais e educacionais.

Fala-se em características sociais e econômicas quando se constata que o público assistido pertence a diferentes classes sociais, que vão desde as menos

favorecidas economicamente, cujos pais dependem de ajuda social para sobreviverem, a classes mais estabilizadas economicamente. Percebem-se também as diferentes estruturas familiares que caracterizam o grupo assistido, pois parte das crianças mora com os avós, ou com apenas um dos genitores, o que interfere diretamente na vida da criança, considerando-se a infância como fase crucial na formação humana. Outro fator relevante que influencia indiretamente no trabalho pedagógico é o fato de alguns responsáveis, não terem condições de acompanhar a vida escolar das crianças, fazendo com que a instituição seja a principal responsável pela educação afetiva, cognitiva, moral e pelos cuidados dos mesmos, e isso é uma questão séria, pois a instituição não tem condições de realizar um trabalho eficiente sem o auxílio da família.

Quanto às características culturais e educacionais, a maioria é proveniente do espaço urbano, diferenciando-se entre si pelo fato de alguns terem mais acesso a cultura e também influenciados pelo grau de escolaridade dos responsáveis, pois existe diversidade instrucional, com alguns de nível superior e muitos com ensino fundamental incompleto. Porém, ressalta-se que boa parte dos responsáveis declara estar frequentando algum meio de formação.

No que diz respeito ao trabalho há também uma grande diversidade, com uma parcela considerável de familiares desempregados, trabalhadores informais e até mesmo em subempregos, o que os leva a depender de ajuda social para sobreviverem como: bolsa família, leite das crianças etc., enquanto outros possuem trabalho formal que garante remuneração suficiente para manter a família com certa qualidade de vida.

Quanto ao processo educativo, percebe-se grande preocupação por parte da maioria dos responsáveis, que projetam nos filhos um futuro promissor através de uma educação formadora de cidadãos críticos, conscientes e capazes de progredir, destacando o desejo de futura realização profissional e financeira. Assim a grande maioria lança expectativas e reconhecem na educação infantil a base formadora para essa educação, reconhecendo a importância dessa etapa educacional, participando, demonstrando interesse em compartilhar dos trabalhos realizados pelo Centro de Educação Infantil, conhecendo, sugerindo, opinando, refletindo, participando das tomadas de decisões etc., pois compreendem a instituição como algo atrelado à sua vida, de sua co-responsabilidade e não

somente dos trabalhadores que ali atuam, se reconhecendo como agente dessa educação. Essa postura de participação é mantida pela grande maioria dos pais/responsáveis.

Os profissionais da instituição mantêm contato direto com as famílias, conhecendo sua composição e suas especificidades. Essas informações são sempre levadas em conta na conduta a ser adotada em respeito à história prévia das crianças e sua condição de sujeito de direitos.

A maioria dos alunos é da zona rural e depende de transporte para frequentar as aulas. Quando chove a maioria não vem para a escola, devido à distância e dependência de transporte, dificultando intervir junto às famílias quando necessário.

Há poucos alunos cursando séries (ano) fora de faixa etária, ou seja, idade escolar, e como as turmas não são tão numerosas, têm bons resultados quanto há necessidade de recuperação desses alunos.

A maioria dos alunos reside na zona rural, onde vivem da agricultura. Alguns deles apresentam dificuldades na aprendizagem devido às faltas que são ocasionadas nos dias de chuvas por causa do difícil acesso à escola e outros por não terem o apoio dos pais, pois os mesmos também não tiveram uma formação adequada e suficiente para contribuir na educação dos seus filhos.

A agricultura e a pecuária predominam na economia do distrito de Bandeirantes do Oeste devido à fertilidade de seu solo. A produção agrícola resulta das mais excelentes com predominância do plantio e colheita de: soja, milho é já em menor escala é plantada mandioca, piscicultura, avicultura e feijão.

A Escola está localizada na parte central da zona urbana, exposta a PR 317, por ter muito movimento de veículos, às vezes, é preocupante.

A expectativa da comunidade é que os filhos saiam da escola sabendo ler e escrever, pois não querem que sofram com o trabalho na roça, colocando-os como exemplo sua vida por não terem tido condições de estudar. Assim, eles veem a escola como um lugar de preparação para o mercado de trabalho.

1.2.2 Indicadores Educacionais

A utilização de indicadores, tem sido importante instrumento de gestão, pois possibilita a intervenção após identificar situações que necessitam de mudanças, de incentivos ou aprimoramento. Os indicadores são compostos por parâmetros quantitativos e qualitativos que auxiliam no acompanhamento de determinada atividade, apontando se os objetivos estão sendo atingidos ou se há necessidade de intervenção. Nesta perspectiva a Escola Municipal Presidente Castelo Branco tem em suas diretrizes de trabalho o devido acompanhamento e consideração aos resultados educacionais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), além das distorções idade/ano e das taxas de aprovação, reprovação e taxa de abandono.

Os índices apontados tornam-se fortes elementos para o diagnóstico, planejamento e gestão de ações para melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Podemos destacar como fragilidade o fato da prova não interferir na nota dos estudantes, com isso é comum que o aluno não demonstre muito empenho para resolver as questões, por isso, eles precisam ser preparados e conscientizados quanto a importância desta avaliação antes de sua aplicação, realizando um trabalho que antecede a avaliação, tais como trabalhar com simulados, para que os alunos se familiarizem com o tipo de prova e com o preenchimento do cartão, dessa forma, eles ficarão menos nervosos no dia e evitarão erros.

Apresenta-se o quadro evolutivo dos índices de aproveitamento escolar dessa escola a partir de 2005.

Quadro de Taxas da Aprovação.

ANO	1º	2º	3º	4º	5º	P.
2005	-	-	-	-	-	-
2007	-	80,0	75,0	92,3	85,7	0,83
2009	94,4	77,3	55,6	66,7	84,8	0,73
2011	-	-	-	-	-	-
2013	100,0	93,3	100,0	100,0	100,0	0,99
2015	-	-	-	-	-	-
2017	100,0	90,0	91,7	100,0	100,0	0,96
2019	100,0	92,9	100,0	100,0	100,0	0,98

IDEB – Resultados e Metas

Escola Presidente Castelo Branco								
Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Metas Projetadas			4,3	4,7	4,9	5,2	5,5	5,7
IDEB Observado		4,1	3,6	***	6,2	***	5,5	6,9

Fonte de pesquisa INEP

Resultados de 2007 a 2019, em língua Portuguesa e Matemática do 5ºano

SAEB

Desempenho da Escola P. Castelo Branco nas Edições da Prova Brasil.	5º Ano	
	Língua Portuguesa	Matemática
2007	195,0	181,2
2009	199,0	174,4
2011	-	-
2013	236,8	208,3
2015	-	-
2017	198,2	188,1
2019	245,5	240,5

Fonte de pesquisa SAEB

Resultados da Prova Paraná 2019

	Língua Portuguesa	Matemática
Abaixo do básico até 150	0,0%	0,0%
Básico de 175 a 200	30,0%	20,0%
Adequado 200 a 250	40,0%	60,0%
Avançado Acima de 250	30,0%	20,0%

Fonte de pesquisa SAEB

Resultados da Avaliação diagnóstica de Fluência – 2019

Taxa de estudantes Nível 1 (pré leitor)	Taxa de estudantes nível 2 (iniciante)	Taxa de estudantes nível 3 (fluyente)	Taxa de estudante que não conseguem ler o texto
36,4%	36,4%	0,0%	27,3%

Fonte de pesquisa SAEB

1.2.3 Ensino aprendizagem

A prática pedagógica se dá por meio do planejamento feito pelo professor a fim de suprir as necessidades de aprendizagem dos alunos, utilizando diversas metodologias para que tal processo torne-se prazeroso para estes.

O processo de ensino-aprendizagem traz muitos desafios, podendo citar a quantidade de conteúdo que os alunos podem absorver, ou o quanto estes conseguem manter o foco no conteúdo apresentado pelo professor, problemas disciplinares e, algumas vezes, até familiares, que podem interferir na aprendizagem do aluno.

O planejamento de ensino-aprendizagem ocorre semanalmente, nos horários de hora-atividade, onde cada professor adequa suas atividades, avaliações e outros ao nível de dificuldade e conhecimento de seus alunos, momento em que o professor faz planejamentos de projetos de incentivo a leitura e escrita, estimula a pesquisa e também faz planejamento de trabalhos em grupos que proporcionam ao aluno, além de agilizar a realização de tarefas, o trabalho em equipe busca valorizar cada indivíduo, motiva o desenvolvimento e aprimoramento de suas habilidades, e claro, permitir uma troca de experiências e conhecimentos entre a equipe, o que gera mais integração. O acompanhamento deste processo é feito por meio da análise de atividades e avaliações realizadas pelos alunos, a fim de verificar as dificuldades e conhecimento adquirido por estes.

1.2.4 Organização das aulas não presenciais

Durante a pandemia da Covid-19, tanto professores quanto alunos enfrentaram desafios que . Estes desafios se deram desde a falta de preparo dos professores para utilizar meios tecnológicos, a fim de prosseguir com seu planejamento de ensino, até a carência de recursos tecnológicos e de redes wi-fi dos alunos, impossibilitando um processo efetivo de ensino-aprendizagem. Tais problemas impediam os professores de transmitir o conteúdo proposto e impediam os alunos de ter acesso a uma educação de qualidade.

As atividades pedagógicas foram preparadas semanalmente e enviadas como módulos impressos às residências dos alunos; as poucas aulas assíncronas deram-se via WhatsApp. Há muitos problemas acerca de tais métodos, considerando que muitas famílias não possuem acesso a rede wi-fi e assim não podiam contar com o auxílio de tais aulas, o que tornava os módulos todo o material de aprendizagem que os alunos acessavam, gerando outro problema, já que os responsáveis pelos alunos tiveram por função ajudá-los na realização das tarefas, porém estes não possuem preparo pedagógico, ou em alguns casos, eram analfabetos, e em outros casos, muitas famílias não cumpriam o prazo estipulado para a devolução dos módulos. Os professores não possuíam preparo ou ambiente propício para realizar a gravação das aulas, aumentando o grau de dificuldade do processo de ensino durante a pandemia.

Apesar de todas as dificuldades encontradas durante este período, os avanços se deram por parte dos professores, por meio de pesquisas acerca do uso da tecnologia a fim de tornar mais agradável o processo de ensino-aprendizagem para o aluno.

1.2.5 Organização dos tempos e espaços pedagógicos

Atendendo as séries iniciais do Ensino Fundamental, as turmas são organizadas por anos, do 1º ao 5º ano. As aulas iniciam às 7h 45m com término às 11h 45m e intervalo de 15 minutos para recreio, horário em que as crianças saem da sala para atividades dirigidas no pátio da instituição acompanhados por um responsável.

Cada turma conta com um professor regente que é responsável por planejar, executar e avaliar o processo de ensino aprendizagem, auxiliados por professores de hora atividade, Artes e Educação Física. As disciplinas de artes e Educação Física acontecem semanalmente com uma hora de duração cada, enquanto a hora atividades é realizada também uma vez por semana por um período de 4 horas.

As aulas são organizadas conforme o Referencial Curricular do Estado do Paraná dividida por áreas do conhecimento sendo: 1) Linguagem que abrange língua Portuguesa, Arte e Educação Física; 2) Matemática; 3) Ciências da

Natureza; 4) Ciências Humanas que englobam Geografia e História. Essas disciplinas foram organizadas em uma “grade” Curricular semanal (anexo).

Como a maioria dos alunos são oriundos da zona rural, saindo de casa muito cedo, ao chegarem na escola tomam café da manhã e antes de saírem é servido a merenda escolar.

Para uso dos espaços comuns como: quadra esportiva, refeitório e biblioteca, segue-se um cronograma que é elaborado pela coordenação pedagógica e gestor.

1.2.6 Atendimento Educacional Especializado ao público alvo da Educação Especial

Para atendimento em AEE a escola conta com uma sala de Recursos multifuncional em contraturno. Os alunos matriculados nessa turma são encaminhados por avaliação com apontamentos das áreas a serem trabalhadas para os quais a professora elabora um plano de atendimento individual buscando minimizar ou sanar as dificuldades apresentadas. Para o desenvolvimento das atividades a professora trabalha com recursos pedagógicos diferenciados, buscando maior envolvimento dos alunos por meio de atividades estimuladoras e com materiais manipuláveis levando-os a assimilação entre teoria e prática. As atividades pedagógicas diferenciadas estimulam os alunos a se envolverem mais com o trabalho proposto, proporcionando maior imersão e assimilação do conteúdo trabalho, estimulando sua criatividade, coordenação motora e capacidade de manuseio de objetos diversos.

1.2.7 Articulação entre as etapas de ensino

Os primeiros dias de aula estão certamente entre os mais importantes de todo ano letivo é durante essa fase que os alunos conhecem os novos professores, os novos colegas e começam a se adaptar a nova série. O papel do professor nesse momento é de grande relevância, pois ele mais do que ninguém pode contribuir para que todas essas novidades se encaminhem de jeito natural e

bem-sucedido para felicidade dele próprio, dos alunos e dos pais. Também os pais precisam ser acolhidos em suas inseguranças em seus medos, eles devem receber o apoio não só dos professores quando da coordenação da escola.

Por isso os encontros com os pais nesse início são tão importantes eles precisam ser orientados e tranquilizados. O desafio é grande por isso é de se esperar para enfrentá-los. Nesse sentido a escola municipal Presidente Castelo Branco trabalha com os professores através de algumas dicas fundamentais; receber bem os pais; recepcionar calorosamente seus alunos; preparar bem o ambiente; não ter pressa com conteúdo; convocar os pais para uma reunião; agendar atendimento exclusivo para novas famílias.

Portanto, a parceria entre família e escola, auxiliará muito o educando no momento de adaptação, pais e professores devem dialogar sobre os avanços e dificuldades dos estudantes e buscar alternativas para que eles sintam-se seguros no novo ambiente escolar. Nesse sentido, é interessante que professores e estudantes estejam motivados.

1.2.8 Superação a Evasão e Abandono Escolar

Sabemos que por lei a escola tem o compromisso de proporcionar a toda criança o direito de acesso e permanência na escola, por isso é dever de todos os envolvidos na educação contribuírem para que esse direito seja ofertado ao educando.

A questão da evasão e do abandono escolar tem sido um ponto de atenção, os alunos muitas vezes afastam-se da escola por vários motivos, um deles é o econômico, outro pela localização, já que a maioria dos alunos reside em área rural e dependem do ônibus escolar para chegar a escola, em dias chuvosos, muitos alunos não vem a escola, o que ocasiona um déficit na sua aprendizagem.

Algumas ações são realizadas no início do ano letivo para amenizar e evasão escolar; no ato da matrícula os pais são informados da obrigatoriedade de presença e orientados a trazerem atestado médico quando for o caso, pois só este documento serve como justificativa, sendo o mesmo anotado no LRCOM.

No caso de faltas em 03 (três) dias consecutivos ou 05 (cinco) alternados sem justificativa, a equipe da escola entra em contato com os pais/responsável para tomar ciência do motivo da ausência do aluno e orientá-los acerca da responsabilidade. Esse contato se dá via ligação telefônica, mensagens de whatsapp ou convocação por escrito com protocolo de recebimento. Caso os pais/responsável não atendam as primeiras chamadas, aciona-se a rede de proteção de forma documentada com anexo de todas as tentativas de busca.

Com essas ações, na Escola Municipal Presidente Castelo Branco não se tem registro de evasão ou abandono escolar.

1.2.9 Articulação da instituição com os pais ou responsáveis

A instituição de ensino procura sempre manter uma relação de parceria com a família dos estudantes e com a comunidade em geral, buscando sempre que possíveis parcerias para o bom desempenho da escola em todos os sentidos, como: pedagógico, administrativo e político, onde a democracia prevalece. Assim sendo, permite que os pais e/ou responsáveis sintam-se acolhidos e envolvidos no ambiente escolar, contribuindo no desempenho acadêmico do aluno e na conservação e melhoria do patrimônio público.

A equipe dos profissionais da educação, no começo do ano letivo convida os pais e/ou responsáveis dos alunos e através de reuniões esclarece-os como será o desenvolvimento das atividades pedagógicas, e reforça também o quanto é importante a parceria dos mesmos com a escola, pois acredita-se que se houver esse entrosamento, será mais fácil resolver os problemas que surgiram ao longo do período de aulas.

Aqui em nossa escola o contato com os pais acontece através de aplicativos Whatsapp, telefone e em reuniões bimestrais ou quando chamados individualmente para tratarem de assuntos específicos; em apresentações de datas festivas e em encerramentos de projetos concluídos aqui em nosso estabelecimento de ensino, porém a escola é aberta para que os pais tenham acesso para participar da vida escolar de seus filhos.

Todavia vale ressaltar que em muitos momentos percebe-se a ausência dos pais/responsáveis nos eventos planejados pela instituição.

1.2.10 Organização da Instituição de Ensino frente ao acompanhamento e realização da hora atividade

Para realizarem a hora atividade a professora regente (1º ao 5º ano) conta com o auxílio de outra professora que assume a sala por 04 horas semanais mais três horas (alternadas), quando os alunos estão em aulas de artes, recreio dirigido e Educação Física atingindo um total de 07 horas ou 1/3 da carga horária total conforme rege a Lei 11.738/2008 em seu Art. 2º Parágrafo 4.

A hora atividade é o tempo que os professores devem dedicar à análise dos resultados realizados nas aulas anteriores; elaboração de planejamento e seleção de materiais para a realização das atividades das próximas aulas e correção de avaliações, podendo ainda dedicar-se a leituras de periódicos educativos e outros materiais que os auxiliem no crescimento profissional e no desenvolvimento de seu trabalho.

Para o desenvolvimento da mesma, os professores seguem um cronograma elaborado e acompanhado pela coordenação.

Atualmente um dos maiores desafios da escola é fazer com que o professor mantenha o foco naquilo que é importante para o seu trabalho, utilizando integralmente o período para dedicar-se às questões relacionadas a planejamento, estudos e avaliações, sem desviar o foco para outros assuntos que não sejam inerentes ao processo de ensinagem/aprendizagem.

1.2.11 Formação continuada para profissionais da instituição de ensino

A formação continuada faz parte do calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação e é ofertada a todos os docentes da rede, que participam da formação conforme agenda programada e distribuída ao longo do ano letivo. Essas formações são presenciais quando preparadas pela Secretaria de Educação, e algumas, exteriores a esta, ocorrem de forma online, muitas vezes oferecidas nas plataformas do AVAMEC, Aprender Valor e União faz a Vida ou pelas plataformas Google Meet e YouTube.

Quando as formações ocorrem de forma online, a secretaria pede a certificação após seu término a fim de verificar quais professores participaram da formação ofertada; a secretaria também busca verificar a forma que o professor realiza seu trabalho e se este está colocando em prática as lições aprendidas durante a formação, por isso os objetivos da formação continuada são atingidos de forma efetiva nos anos de alfabetização.

Quando as formações são presenciais, existe a relutância dos professores em participar destas fora de seu horário de trabalho, ocasionando com isso baixa adesão e participação. Embora participem de formações, percebe-se a resistência em praticarem o que aprenderam nas formações alterando em pouco sua prática docente.

Ressalta-se que as formações são ofertadas apenas para os docentes, necessitando estender para os demais segmentos

1.2.12 Gestão Escolar

Entendida como de fundamental importância para a instituição, a gestão escolar compartilhada ou democrática é a melhor aliada do gestor no que diz respeito as tomadas de decisões, pois envolve toda equipe/comunidade escolar imputando ao mesmo tempo responsabilidade e direitos de participação.

Como instâncias Colegiadas têm formado nesta instituição a APMF e o Conselho Escolar, com mandato de dois anos cada, ambas devidamente legalizadas e regidas por Estatuto próprio.

A composição das Instancias Colegiadas se dá por processo eletivo, uma por eleição nos segmentos representativos e outra por Assembleia Geral e as duas compostas por paridade representativa, ou seja, seus membros são escolhidos entre professores, equipe pedagógica, funcionários administrativos, serviços gerais, pais ou responsável legal, alunos e sociedade civil organizada.

Para participar da APMF, os interessados deverão registrar uma chapa a concorrer no processo de consulta pública que se dá pela convocação da Assembleia Geral com finalidade específica, sendo todo processo documentado e com ata de eleição e posse devidamente registrada em Cartório e posterior

distribuição aos órgãos competentes como: Receita Federal, Tribunal de Contas, Agências bancárias entre outros. A chapa deverá ser composta por diretoria executiva e conselho fiscal, observando a seguinte representatividade:

Diretoria Executiva: - Presidente: diretor da instituição;

- vice-presidente: vice-diretor da instituição;
- primeiro tesoureiro: pai ou responsável legal pela criança;
- segundo tesoureiro: pai ou responsável legal pela criança;
- primeiro secretário: professor ou funcionário da instituição;
- segundo secretário: professor ou funcionário da instituição;

Conselho Fiscal: - 01 representante dos profissionais da educação com cargo efetivo;

- 02 pais ou responsável legal de crianças matriculadas.

Além da participação nas tomadas de decisões e na contribuição para elaboração e adequação do PPP, acompanhando seu desenvolvimento e avaliando seus resultados, este é o principal órgão na gestão dos recursos financeiros.

Quanto ao Conselho Escolar, de acordo com seu Estatuto, possui quatro funções fundamentais sendo: deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da Instituição de Ensino em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais emanadas da legislação vigente (Nacional, Estadual e Municipal, do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar).

Diferente da APMF, sua eleição se dá por reuniões de segmentos coordenadas por um conselheiro indicado por seu segmento, que escolherão entre seus pares um titular e um suplente que os representará por um período de dois anos.

De acordo com o seu Estatuto, o Conselho Escolar deverá ser composto da seguinte forma:

- Diretora: presidente nata

- Representante da equipe pedagógica;
- Representante dos professores (titular e suplente);
- Representante da equipe operacional (titular e suplente);
- Representante da APMF (titular e suplente);
- Representante de pais (titular e suplente);
- Representante dos movimentos sociais da comunidade (titular e suplente).

Tanto a APMF quanto o Conselho Escolar não contam com calendário de reuniões ordinárias, as mesmas acontecem sempre que houver necessidade ou algum assunto importante a ser tratado.

Para que aconteça uma participação mais ativa faz se necessário oferta de formação para os membros das instancias colegiadas, para que conheçam suas funções e responsabilidade dentro da escola.

1.2.13 Oferta de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório

Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, conforme Lei 11788/08, Decreto nº 8654/2010 e instrução Normativa 028/2010 SUED/SEED desenvolvido no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do educando, de modo a prevalecer sobre o aspecto produtivo. Poderão ser estagiários os estudantes que frequentam o ensino nas instituições de Educação Profissional, de Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de Educação Especial, e dos anos finais do Ensino Fundamental, exclusivamente na modalidade Profissional da Educação de Jovens e Adultos.

Nossa escola oferece estágio obrigatório no qual o estudante deve cumprir uma carga horária prevista pelo curso que está prestando. O estágio obrigatório faz parte da carga horária do curso e o cumprimento das horas estabelecidas é um dos requisitos para o estudante obter o diploma. Possui uma matéria destinada a acompanhar o seu desenvolvimento como estagiário, sendo necessário entregar um relatório de estágio que descreva as atividades realizadas e o aprendizado adquirido com a experiência. O estágio deverá ser desenvolvido com a mediação

de professor orientador especificamente designado para essa função, o qual será responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades.

A remuneração é outro fator que diferencia as modalidades. No estágio não obrigatório, o pagamento do estágio e do auxílio transporte é compulsório, ou seja, a empresa deve remunerar o estudante pelos serviços prestados. No entanto, a lei não prevê um piso mínimo para a bolsa estágio. O valor é acordado entre as partes.

Para o estágio não obrigatório, embora não seja grande a procura, a Escola Municipal Presidente Castelo Branco recebe estagiários principalmente do curso de Pedagogia para desenvolverem seus estágios como parte da carga horária do curso. Esses acadêmicos nos são encaminhados via solicitação de estágio direcionado à direção, tendo à coordenação a incumbência de direcioná-los nas atividades, bem como acompanhar o seu desenvolvimento, assinando o relatório de estágio.

1.2.14 Organização das Turmas

A organização dos alunos obedece a legislação vigente para o Ensino Fundamental Anos Iniciais Resolução nº 4527/2011 .Atualmente as turmas estão compostas da seguinte forma:

TURMA	FAIXA ETÁRIA	TOTAL DE CRIANÇA POR TURMA	Nº DE PROFESSORES
1º ano	06 anos	10	01 + prof. De disciplinas, complementares
2º ano	07 anos	10	01 + prof. De disciplinas, complementares
3º ano	08 anos	12	01 + prof. De disciplinas,

			complementares
4º ano	09 anos	12	01+ prof. De disciplinas, complementares
5º ano	10 anos	08	01+ prof. De disciplinas, complementares

2. MARCO CONCEITUAL

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) visa desenvolver a educação humana, demonstrar sua multidimensionalidade, determinar as habilidades a cada disciplina e a o aprendizado básico anual esperado e fornecer 10 habilidades gerais que esclarecem que são suficientes para cumprir os princípios éticos, político, estéticos e conhecimento.

O ensino será de forma integral, juntando conhecimento, valores, atitudes, habilidades, juntando as áreas de formação cidadã.

A BNCC _ Base Nacional Comum Curricular apresenta as competências gerais da seguinte forma:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem

como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – BNCC, P. 9 e 10)

Tais competências, além da formação integral do aluno visam ainda “a construir uma sociedade justa, democrática e inclusiva...” (BNCC)

O objetivo final da educação integral é a promover o desenvolvimento em termos de inteligência, cultura, emoção e corpo, cabendo ao desenvolvimento e à formação as instituições formadoras, nomeadamente escolas, famílias, gestores e a comunidade local.

2.1 Concepções

2.1.1 Homem (infância, adolescência, juventude, adulto e idoso)

A educação se constitui em um dos principais bens da humanidade. Por ela, as gerações vão levando, umas às outras, as experiências, os conhecimentos e a cultura acumulada ao longo da história, permitindo tanto o acesso ao saber sistematizado, quanto à produção de bens necessários à satisfação das necessidades humanas. Faz-se educação de acordo com as condições possíveis em cada momento do processo de desenvolvimento social, histórico, cultural e econômico, ou seja, isso pressupõe pensá-la e fazê-la em uma perspectiva político-pedagógica.

Para tanto, é preciso compreender que a educação escolar não é um trabalho que se executa meramente no interior de uma sala de aula, de uma escola, limitando-se à relação professor-aluno. O ato pedagógico não é neutro, mas carrega implicações sociais, haja vista que está marcado pela prática de todos os envolvidos no processo educativo e é mediado por relações sócio históricas.

Neste sentido, partimos do princípio de que não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência, ou seja, as ideias, as representações. A consciência dos homens está condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas, isto é, pelo processo de vida real. Assim, de acordo com os fundamentos do Materialismo Histórico Dialético, a presente Proposta Pedagógica Curricular parte de determinados princípios.

O primeiro é que são os homens que fazem a história diante de determinadas necessidades e condições materiais, quais sejam: sociais, políticas, econômicas e culturais. O segundo é que toda a base da sociedade está fundada no trabalho. Nessa perspectiva, a história da infância, entendida como a história do período inicial da vida do homem, evidencia que a trajetória histórica da criança e da infância é marcada por fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, que foram decisivos no aparecimento das instituições destinadas ao atendimento e à educação das crianças.

Do século XII até meados do século XV, a infância era considerada uma fase insignificante, praticamente sem importância. Somente no final do século XVII é que a infância passou a ser compreendida como uma etapa da vida, e é desse período que se têm notícias das primeiras escolas para crianças: as instituições de caridade, cuidadas e mantidas por religiosos que recebiam crianças de todas as camadas sociais. Paralelamente a esse acontecimento, a emergência da burguesia como classe social deslocou o valor do homem da linhagem para o prestígio resultante do seu esforço e da sua capacidade de trabalho. É uma etapa extremamente importante no desenvolvimento, com características muito próprias.

Na juventude, ocorre a tomada de consciência da necessidade de independência da família, bem como a entrada ao mundo, composto por grande parte da sociedade. Esta situação é certamente preocupante, pois envolve encontrar um equilíbrio entre as relações parentais e familiares por sua parte, e as relações sociais.

Em consonância com a concepção que fundamenta a presente Proposta Pedagógica Curricular, o objetivo da apropriação do conhecimento é contribuir para a emancipação do ser humano, uma vez que conhecer, nessa perspectiva, implica em saber como em cada momento histórico a sociedade está organizada para a produção e reprodução de nossa existência.

A denominação que compreende a transição entre a adolescência e a velhice se chama fase adulta, ele tem de lidar com as premissas de duas diferentes épocas sociais a modernidade e uma nova modernidade avançada. O medo de ser adulto pode dar-se, exatamente, porque se desconhece o que significa, nos dias de hoje, viver nesta fase de vida.

O último período da vida é a velhice, e provoca um conjunto de situações de ordem biológica, física, psicológicas, econômicas e políticas, que fazem parte do dia-a-dia das pessoas em diversas culturas o envelhecer é um processo que envolve dor e questionamentos. Nessa fase da vida muitos entram em um processo de depressão e angústia, ao sentirem as transformações do seu corpo, pois além de o envelhecimento diminuir as condições físicas, interferem também nas questões de aprendizagem, pois sabemos que manter a mente ocupada com leituras e informações, pode retardar a deterioração da memória. Quanto mais o

idoso exercita suas faculdades mentais, maior é a chance de ter um final de vida com maior qualidade. Quando chegam nesse período, eles tendem a diminuir essa prática a aprendizagem. Para Freire (2000), o envelhecimento ainda está ligado à deterioração do corpo, ao declínio e à incapacidade. Embora a velhice seja nada além do que um construto social, o preconceito continua florescendo.

2.1.2 Sociedade

Dignidade e direito são alguns dos princípios fundamentais garantidos pela Constituição Federal. Entretanto, a desigualdade social, cultural e econômica se evidencia a cada instante. A cada dia aumenta o número de pessoas destituídas do mínimo necessário para sua sobrevivência: são os sem tetos, sem terras, sem emprego, sem educação, sem cidadania.

Concebe-se por sociedade uma organização mais justa, livre, pacífica participativa e solidária. Uma sociedade que tenha consciência dos aspectos políticos, moral, educacional e cultural.

Portanto, concebemos por sociedade, um espaço que tenha por princípio a garantia do cumprimento dos direitos humanos, que garantam o desenvolvimento do homem na sua totalidade, sendo respeitado nas suas diferenças sejam quais forem.

A educação tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, que consiste em formar cidadãos conscientes, conhecedores da sua realidade e capazes de nela interferir sendo sujeitos da história.

2.1.3. Educação

A educação fundamental, segundo a Constituição Federal é um direito de todos e dever do Estado, diante disso o poder público é investido de autoridade para impô-la como obrigatória a todos e a cada um e garantir sua gratuidade.

Educar e libertar o homem da condição de passivo, para sujeito que busca no conhecimento a compreensão da realidade que está inserido, passando a reconhecer o papel da História e onde a questão da identidade cultural, tanto em sua dimensão individual como em relação à classe dos educandos, é essencial a

compreensão do real, entendendo que a aquisição da cultura da humanidade é um direito que deve ser assegurado ao educando.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no artigo 22 define:

“A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

2.1.4.Currículo

O currículo é um conjunto benéfico de saberes/conhecimentos, os quais devem ser analisados eticamente no contexto escolar, como também, a influência do currículo na concretização de objetivos no ensino-aprendizagem dos discentes. É necessário que a escola, juntamente com os professores/educadores, pais e a comunidade escolar em geral, sejam capazes de refletir, analisar, compreender e verificar, que o currículo escolar é um elemento de suma importância no âmbito escolar e no planejamento concreto das atividades elaboradas pelo professor/educador. Certamente, é o currículo escolar que permite uma melhor organização dos conteúdos e das atividades a serem trabalhadas pelo docente de forma ética e democrática. Desde então, deve-se haver o entendimento por parte daqueles que compõem a equipe escolar, que o currículo vai além da compreensão de disciplinas isoladas, de conteúdos, conhecimentos passivos e fragmentados. Observa-se, que quando o ensino curricular é valorizado pela equipe escolar, certamente o currículo oportuniza pontos significativos na ampliação e na concretização de saberes construtivos, contribuindo para uma aprendizagem crítica, ativa, reflexiva e estruturada nos diversos contextos sociais. Sobre os diferentes componentes curriculares e no diálogo com a realidade social de cada comunidade afirmaram a perspectiva multicultural, pluriétnica e crítica das desigualdades e mazelas sociais. Por isso, muitas escolas já descrevem nas suas propostas curriculares a afirmação da diversidade como princípio educativo que organiza o trabalho pedagógico e que se expressa em conteúdos de diferentes campos disciplinares do currículo.

2.1.5.Processo ensino-aprendizagem

Busca-se o desenvolvimento de uma concepção de ensino onde educador e educandos sejam sujeitos do seu processo de desenvolvimento, pois necessitam da mediação das experiências e saberes de ambos, para que se concretize a aprendizagem.

Nessa concepção a função do educador deve ser a de oportunizar atividades que encaminhem o educando ao seu desenvolvimento potencial, dessa forma, e papel do educador ser mediador das atividades. Para tal, os conteúdos trabalhados nascem da necessidade que o educando encontra ao tentar realizar sua tarefa.

Há à necessidade de criar situações em que o indivíduo seja instigado a refletir e buscar o conhecimento, por meio de circunstâncias em que ele precise fazer escolhas diante de problemas que surgem espontaneamente e não criados num clima artificial.

Prezamos em nossa escola por um espaço em que o professor não assuma a posição de concentrador do saber, mas sim o professor e quem direciona o trabalho pedagógico, o sujeito que proporciona um espaço democrático e aberto. Esse espaço distancia-se daquele em que geralmente nos colocamos em sala de aula: ditadores de um conhecimento que somente nos podemos disseminar.

O eixo organizador da prática pedagógica esta na aprendizagem, entendendo que alguns alunos precisam de mais tempo e de metodologias diferenciadas para garantir que ocorra a efetiva aprendizagem.

2.1.6. Ensino remoto

O ensino remoto foi uma medida emergencial, um tipo de ensino focado em não se diferenciar muito dos encontros presenciais na escola, onde a escola se organizou juntamente com a secretaria municipal de educação se estruturaram através de apostilas e conteúdos explicativos através de grupos de wahtsApp. Os professores organizaram as atividades pedagógicas não presenciais, baseando-se na Base Nacional Comum Curricular, Referencial Curricular do Paraná e o planejamento realizado para os bimestralmente de acordo com o Plano de

Trabalho Docente –PTD de cada professor, propondo atividades em apostila quinzenal impressa, retiradas na escola por pais ou responsáveis legais do aluno, seguindo cronogramas elaborados, sendo devolvidas para correção e avaliação dos professores

Também foi necessário lançar mão da equipe pedagógica e diretiva para visitas domiciliares, no intuito de incentivar a realização das atividades, e levar as atividades ate aqueles alunos que por vários motivos não vinham até escola retirar as mesmas.

A organização das apostilas seguiu criteriosamente a carga horária estabelecida e contemplou todas as disciplinas da Proposta Pedagógica Curricular.

2.1.7. Ensino híbrido

O ensino híbrido, ou ensino combinado, é um modelo ou programa de educação formal que propõe que a aprendizagem deve acontecer tanto no espaço físico da sala de aula quanto em plataformas digitais de ensino por meio on-line com controle do tempo pela escola nas atividades. Cabe ressaltar ainda que o ensino híbrido também não é a mesma coisa que o ensino remoto emergencial. O ensino híbrido é responsável por captar o que existe de bom em cada ambiente para potencializar a experiência educativa. Entretanto as novas tecnologias contribuem muito para esse fim, uma vez que elas devem funcionar como um meio para que alunos e professores estejam alinhados quanto ao processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, se na visão da personalização do ensino, as práticas e os conteúdos são pensados em consonância com as necessidades, carências e interesses do aluno, na abordagem do Ensino Híbrido, a tecnologia traz os insumos para facilitar a identificação dessas necessidades, carências e interesses.

2.1.8. Estágio obrigatório e não obrigatório

Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, conforme Lei 11788/08, Decreto nº 8654/2010 e instrução Normativa 028/2010 SUED/SEED desenvolvido no ambiente de trabalho, cujas atividades devem estar adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do educando, de modo a prevalecer sobre o aspecto produtivo. Poderão ser estagiários os estudantes que frequentam o ensino nas instituições de Educação Profissional, de Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de Educação Especial, e dos anos finais do Ensino Fundamental, exclusivamente na modalidade Profissional da Educação de Jovens e Adultos.

Nossa escola oferece estágio obrigatório no qual o estudante deve cumprir uma carga horária prevista pelo curso que está prestando. O estágio obrigatório faz parte da carga horária do curso e o cumprimento das horas estabelecidas é um dos requisitos para o estudante obter o diploma. Possui uma matéria destinada a acompanhar o seu desenvolvimento como estagiário, sendo necessário entregar um relatório de estágio que descreva as atividades realizadas e o aprendizado adquirido com a experiência. O estágio deverá ser desenvolvido com a mediação de professor orientador especificamente designado para essa função, o qual será responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades.

A remuneração é outro fator que diferencia as modalidades. No estágio não obrigatório, o pagamento do estágio e do auxílio transporte é compulsório, ou seja, a empresa deve remunerar o estudante pelos serviços prestados. No entanto, a lei não prevê um piso mínimo para a bolsa estágio. O valor é acordado entre as partes

2.1.9. Educação inclusiva

Aparados no Referencial Curricular do Estado do Paraná (2018 p.19), “[...] a educação inclusiva é um princípio que está pautado no direito à educação para todos, ou seja, numa educação que se traduz pelo combate à desigualdade, à

exclusão, que se consolida no acesso, permanência e aprendizagem com participação de todos os estudantes”.

Para a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), a educação inclusiva é considerada o marco histórico, pois, foi após a sua divulgação que se consolidaram uma série de ações voltadas para a promoção da paz e a afirmação das sociedades livres e democráticas, vinculando a Educação à dignidade humana. A partir dessa declaração, o direito de liberdade e de igualdade representou grande avanço para a educação mundial.

Para essa proposta, a educação inclusiva ocorrerá a partir do momento que se assumirá o compromisso em eliminar todas as formas de exclusão, as desigualdades biopsicossociais, constituindo-se os ambientes e tempos pedagogicamente organizados para atender as especificidades dos estudantes. A disponibilização de profissionais especializados e qualificados, associada aos recursos didático-metodológicos voltados para a aquisição de conhecimentos e para o desenvolvimento da criatividade, são fatores essenciais para educação inclusiva. Isso será imprescindível, uma vez que, a participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional, para o atendimento das necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiências já está sendo inclusa.

Sabemos que ensinar é uma tarefa que envolve principalmente, conhecimento acerca de como se dá o processo de ensino/aprendizagem; domínio do conhecimento a ser socializado; competência técnico-pedagógica; planejamento; intencionalidade pedagógica; competência para perceber e atender às especificidades educacionais dos alunos. Mas a escola, apesar de ser um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem, nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico. Possibilitar essas diferentes presenças de forma harmoniosa e produtiva na escola, sempre foi um desafio, visto que, está sempre buscou desenvolver um trabalho baseado na homogeneização, baseado na premissa de que turmas homogêneas facilitam o trabalho do professor e facilitam a aprendizagem. Assim, a escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de alguns grupos, legitimando um processo de exclusão através de suas políticas e práticas

educacionais, que reproduzem a ordem social, mas sendo a escola o espaço primeiro da manifestação da diversidade, decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo, reconhecendo a o direito de todos que não são por ela alcançados.

Desta forma, o movimento de inclusão traz como premissa básica, propiciar a educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional. No entanto, sabemos que a realidade desse processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe na legislação e requer ainda muitas discussões relativas ao tema. O que podemos perceber é que numa comparação entre a legislação e a realidade educacional, a inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino regular não se consolidou da forma desejada, a proposta de educação atual vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva.

Nesse sentido, ainda se faz necessária uma maior competência profissional, projetos educacionais mais elaborados, uma maior gama de possibilidades de recursos educacionais. A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

Para que se atinja um atendimento eficaz aos alunos que apresentam necessidades especiais, no atual modelo escolar brasileiro, é necessário repensar a escola e suas práticas pedagógicas, que possibilitem o benefício de alunos e professores. E nesse sentido estar preparado para estabelecer o desenvolvimento de estratégias de intervenção que facilitem a implementação desta proposta. Sabemos que não há modelos pedagógicos prontos, fechados, nem diretrizes que possam dar conta de uma transformação da escola tradicional, para uma escola inclusiva de qualidade para todos. Cada qual possui suas especificidades, escola, professor, aluno, e estão inseridos em diferentes realidades. Mas, é possível estabelecer algumas adaptações que possam contribuir de forma simples, prática

e abrangente às diversas situações, dificuldades e necessidades especiais existentes nas escolas, uma vez que os alunos com necessidades especiais, já estão chegando na escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível no intuito de favorecer uma aprendizagem de qualidade para todos os alunos envolvidos no processo.

O estado do Paraná, no ano de 2003, por meio do Conselho Estadual de Educação, ponderou a respeito da atuação do professor de apoio na inclusão através da Deliberação nº. 02/03, a qual fixa normas para a Educação Especial na Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais presentes no sistema de Ensino e prevê, no artigo 13º, item IV, o serviço de professor de apoio permanente em sala de aula. Segundo a Deliberação:

Professor de apoio permanente em sala de aula: professor habilitado ou especializado em educação especial que presta atendimento educacional ao aluno que necessite de apoios intensos e contínuos, no contexto de ensino regular, auxiliando o professor regente e a equipe técnico pedagógica da escola. Com este profissional pressupõe-se um atendimento mais individualizado, subsidiado com recursos técnicos, tecnológicos e/ou materiais, além de códigos e linguagens mais adequadas às diferentes situações de aprendizagem (PARANÁ, 2003, p. 20).

Com a finalidade de melhor instruir acerca do papel do profissional de apoio, a Secretaria de Estado da Educação Superintendência da Educação do Estado do Paraná, publicou as Instruções número 01/04, 010/08, 018/2010 e a atual de número 004/2012, as quais especificam as atribuições destes profissionais, o público por estes atendido, os requisitos necessários para contratação e o que a escola precisa realizar para solicitar estas contratações. A caracterização e a reflexão sobre as funções deste professor parecem necessárias, pois mesmo tendo sido delimitadas suas funções em 2003 na Deliberação nº. 02/03, e posteriormente assegurado pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), ainda há pouca literatura a respeito do papel e da importância deste profissional, o que pode vir a prejudicar o seu desempenho.

2.1.10.Tecnologia

O aproveitamento das tecnologias adapta o homem com a natureza e a relação com a intervenção das técnicas pode mediar harmoniosamente para sua sobrevivência e subsistência a todos aqueles que sabem eficazmente delas se utilizarem.

Para Medeiros e Medeiros (1993) “A tecnologia é o conhecimento utilizado na criação ou aperfeiçoamento de produtos e serviços, ou melhor, a tecnologia é o conjunto de conhecimentos, práticos ou científicos, aplicados à obtenção, distribuição e comercialização de bens e serviços”.

Portanto, a tecnologia está presente em todos os setores da vida, permeando as diversas atividades humanas com o satisfazer das necessidades, incorpora à arte, a cultura, os conhecimentos incorporados a um saber que se apreende, subsidia para a ciência como instrumento de trabalho que vem aliviar o esforço físico e mental na realização das diferentes tarefas.

A humanização tecnológica se fundamenta na ação livre e responsável do homem na tomada de decisões para o redirecionamento do seu próprio futuro. Está nas mãos de cada homem em particular, e da sociedade como um todo, o destino da humanidade e a possibilidade de uma existência pacífica e harmoniosa.

A tecnologia pode criar ou destruir, tornar o homem mais humano ou menos. Mas as civilizações como os indivíduos, devem correr riscos se quiserem progredir. Se tiver prudência para minimizar os danos da tecnologia e incentivar ao máximo seus benefícios, certamente valerá a pena aceitar o risco.

Os jovens fazem parte deste processo. Eles interagem constantemente com as Tecnologias orientando seu comportamento e conduzindo a própria existência. As tecnologias digitais são um importante elemento constitutivo da cultura juvenil. Símbolos compartilhados no ciberespaço geram significados e referenciam as atitudes e posturas das pessoas tanto quanto sinais e gestos do encontro físico. Por isso se diz que os jovens de hoje são nativos digitais, uma geração nascida na era da internet.

No entanto, os estudantes são desafiados a fazer uso seguro e crítico das novas tecnologias na perspectiva de dominar os instrumentos do conhecimento e não ser dominados por elas. E, os professores e professoras precisam ser mediadores neste processo, desde que se preparem para compreender e participar da produção dessas novas fases educacionais que se apresentam no cenário da cibercultura e das novas tecnologias de informação e comunicação.

2.1.11 Avaliação de aprendizagem

O processo de avaliação não diz respeito apenas ao ensino e nem pode ser reduzido apenas a técnicas. Fazendo parte da permanente reflexão sobre a atividade humana, a avaliação constitui-se num processo intencional.

Refletir e também avaliar, e avaliar e também planejar e estabelecer novos objetivos. Pode se constituir num exercício autoritário do poder de julgar ou, ao contrário, pode se constituir num processo e num projeto em que avaliador e avaliando buscam e sofrem uma mudança qualitativa. Essa qualidade e participação, avaliação qualitativa equivale à avaliação participante.

Diante dessas contribuições teóricas, concebe-se avaliação como emancipatória e qualitativa, que seja um instrumento de reflexão para professores e alunos, cada qual buscando melhorar sua prática a partir dos resultados obtidos, não sendo vista como um acerto de contas ou um ato de autoridade e manipulação. Que priorize o que realmente é essencial.

A valorização do que o aluno realmente aprendeu, desafiando-o a superar seus limites e a se reconhecer como sujeito questionador, ousado, criativo, crítico, respeitoso de si mesmo e do outro – responsabilidade individual e social com a justiça e com a liberdade enquanto agente de transformação social.

A avaliação deve ser o momento de obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para a intervenção/reformulação desta prática e dos processos de aprendizagem.

Nesta perspectiva o processo de avaliação pressupõe uma tomada de decisão, uma oportunidade de o aluno tomar conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organização para mudanças necessárias.

De acordo com o Artigo 24 da LDB: concebe-se recuperação de estudos como uma parte constitutiva da prática docente e não apenas recuperação de notas. Portanto a recuperação dos conteúdos não compreendidos pelos alunos acontecerá concomitantemente durante o processo ensino aprendizagem, não somente no final do ano letivo o que caracterizaria somente como recuperação da media final, mas a medida que o aluno vai sendo avaliado.

2.1.12 Formação continuada

A Formação Continuada, necessária para o desenvolvimento profissional que é indispensável uma vez que existem diferenças na formação e na experiência de cada profissional é essencial para a construção do conhecimento, logo a formação continuada significa falar da prática docente, a formação continuada é uma forma de manter a qualidade do ensino e por isso ela é necessária para quem deseja cumprir com maestria sua função de educador.

A BNCC coloca a formação continuada dos professores como pauta obrigatória nas escolas, o que torna essa formação ainda mais importante para as instituições, pois ela pressupõe o envolvimento de todos os profissionais da escola (professores, serviços gerais, equipes pedagógica e diretiva). E tem por objetivo promover as ações pedagógicas e reflexões sobre os desafios sócio educacionais, oferecendo-lhes condições para trabalhar, garantindo tempo para sua atualização permanente e qualificação da sua prática pedagógica.

A formação continuada auxilia professores e gestão escolar a ponderar e melhorar todos os aspectos pedagógicos, propondo estratégias com a finalidade de sanar dificuldades e sugerindo mudanças significativas para toda a comunidade escolar e deve ser encarada como uma grande aliada dos educadores, uma vez que contribui para a evolução constante do trabalho do docente, favorecendo a criação de novos ambientes de aprendizagem, dando novo significado às práticas pedagógicas.

Da mesma forma que o mundo evolui de forma rápida e a tecnologia assume relevância cada vez maior no processo de aprendizagem, a formação de

professores também acompanha essa evolução, por meio dos cursos de formação continuada online, ou seja, plataformas online que oferecem cursos voltados especificamente para a formação continuada de educadores, para que os mesmos desenvolvam didáticas de aulas mais dinâmicas na transmissão do conteúdo dos componentes curriculares, maior engajamento dos alunos em atividades de aprendizagem, detecção mais fácil das dificuldades de aprendizagem e construção de novas estratégias para contorná-las, entre outros. Com isso, as práticas de aulas desatualizadas, serão repensadas e a dinâmica de aula melhora, bem como o engajamento dos alunos e a motivação destes com o processo de aprendizagem

Todavia, é considerando o atendimento ao artigo 67 da LDB 9394/96, que destaca a valorização dos profissionais da educação e assegura-lhes, dentre outras coisas o aperfeiçoamento continuado do profissional.

Assim, a secretaria municipal de educação visa fornecer curso de capacitação para os profissionais da educação, mas todos buscam aperfeiçoar fora da instituição como forma de estarem atualizados e melhorando sempre suas praticas pedagógicas.

2.1.13 Alfabetização e letramento

A alfabetização é definida como o processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever de maneira adequada e a utilizar esta habilidade como um código de comunicação com o seu meio. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define que a alfabetização das crianças deverá ocorrer até o segundo ano do ensino fundamental, com o objetivo de garantir o direito fundamental de aprender a ler e escrever, pois deve-se levar em conta a faixa etária da criança e oferecer condições para que as mesmas se desenvolvam neste período, considerando a experiência prévia das crianças com o mundo da escrita em seus espaços familiares, sociais escolares. A aprendizagem da manipulação de suportes ou espaços de escrita: papel sob diferentes formas e tamanhos, caderno, livro, jornal, a aprendizagem das convenções para o uso correto de suporte: a direção da escrita de cima para baixo, da esquerda para a direita.

O termo letramento pode ser definido como o processo de inserção e participação na cultura escrita. O letramento então não se dá com início da alfabetização; pois é importante reafirmar que a simples exposição dos alunos à escrita na sala de aula não é suficiente para que eles se alfabetizem. A aprendizagem da manipulação de suportes ou espaços de escrita: papel sob diferentes formas e tamanhos, caderno, livro, jornal, a aprendizagem das convenções para o uso correto de suporte: a direção da escrita de cima para baixo, da esquerda para a direita.

“Letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”.
(<https://sae.digital/o-que-e-letramento/>)

Portanto o letramento quanto alfabetização são eixos organizadores do trabalho pedagógico no qual as diversas expressões da criança, em diálogo com as áreas de conhecimentos constroem a aprendizagem real.

2.1.14 Desenvolvimento humano

O desenvolvimento humano é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável. Neste sentido, a instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão através do conhecimento construído visando uma formação geral e universal no sentido amplo. Se formos bem-sucedidos, formaremos não apenas profissionais para o mundo do trabalho, mas sujeitos críticos, para o exercício da cidadania, na perspectiva da emancipação humana, capazes de pensar e de enfrentar os desafios continuamente impostos pelo mundo do trabalho, da cultura, da ciência e tecnologia. Segundo Davis (1990, p. 36):

A concepção Interacionista de desenvolvimento apoia-se na ideia de interação entre organismo e meio e vê a aquisição de conhecimento como um processo construído pelo indivíduo durante toda a sua vida, não estando pronto ao nascer nem sendo adquirido passivamente graças às pressões do meio.

O site AVAMEC, do Ministério da educação, nos traz: O desenvolvimento humano é um processo contínuo e cumulativo de experiências que possuem influência sobre o modo como o indivíduo vai se relacionar com eventos e condições futuras. Deve-se ter em mente que fatores biológicos e sociais se influenciam mutuamente ao longo do desenvolvimento, sem que um tenha, necessariamente, predominância sobre o outro. Cabe ressaltar que o desenvolvimento humano perpassa todas fases da vida, contemplando a infância, a adolescência e a juventude, a vida adulta e a velhice, cessando somente com a morte. Acreditamos que o processo de desenvolvimento é constante e ininterrupto durante a vida do ser humano.

2.1.15 Cuidar, educar e brincar

O cuidar significava valorizar e auxiliar a criança no desenvolvimento de sua capacidade, através da afetividade e dos aspectos biológico. Cuidar e educar é impregnar a ação pedagógica de consciência, estabelecendo uma visão integrada do desenvolvimento da criança com base em concepções que respeitem a diversidade, o momento e a realidade peculiares à infância. Cuidar e educar implica reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser não ocorre em momentos e compartimentados. Quando falamos de espaço e organização pensamos logo em um ambiente organizado. O professor deve organizar o espaço de acordo com a necessidade das crianças. É na educação infantil que possibilitamos o desenvolvimento da capacidade da criança, pois é nessa etapa que ela dá os primeiros passos rumo à construção de novos conhecimentos. O espaço onde a criança convive pode traduzir muito seu comportamento. O professor ao promover interações com as crianças, no processo de ensino aprendizagem tem papel fundamental, sendo responsável, então, por uma parte muito importante na vida delas. Se o espaço onde essa criança vive, não estiver de acordo com suas necessidades, podem acontecer diversos bloqueios no seu desenvolvimento intelectual. A organização dos espaços na educação infantil é fundamental para o desenvolvimento integral da

criança, de suas potencialidades e novas habilidades. A aprendizagem que ocorre dentro do espaço disponível à criança, é fundamental na construção da autonomia, tendo a mesma como própria construtora de seu conhecimento. A brincadeira está diretamente ligada ao educar e ao cuidar, pois através de brincadeiras as crianças são estimuladas no seu desenvolvimento. A brincadeira é uma linguagem natural que se faz presente no cotidiano da educação infantil envolvendo a espontaneidade da criança, é considerado uma brincadeira, sendo ela, brincadeiras lúdicas, musica, a arte, a expressão corporal, ou seja, atividades que a criança consiga se expressar.

A brincadeira possibilita para a criança experimentar um mundo vasto de emoções e de aprendizados, revelando inclusive aspectos psicológicos e de suas vivências.

Segundo Vigotsky (1984, apud WAJSKOP, 2007):

É na brincadeira que a criança consegue vencer seus limites e passa a vivenciar experiências que vão além de sua idade e realidade, fazendo com que ela desenvolva sua consciência. Dessa forma, é na brincadeira que se pode propor à criança desafios e questões que a façam refletir, propor soluções e resolver problemas. Brincando, elas podem desenvolver sua imaginação, além de criar e respeitar regras de organização e convivência, que serão, no futuro, utilizadas para a compreensão da realidade. A brincadeira permite também o desenvolvimento do autoconhecimento, elevando a autoestima, propiciando o desenvolvimento físico-motor, bem como o do raciocínio e o da inteligência.

As atividades lúdicas são a essência da infância. Ao retornar a história e a evolução do homem na sociedade, vamos perceber que a criança nem sempre foi considerada como é hoje. A criança desenvolve potencialidades através da brincadeira, pois no momento que está brincando ela utiliza a imaginação, a imitação e o faz-de-conta, processos que auxiliam no seu desenvolvimento. A criança faz relação do mundo fictício com a realidade, aprendendo a se socializar com outras crianças, desenvolver sua inteligência, criatividade e sensibilidade.

3. MARCO OPERACIONAL

3.1 Objetivos e Ações da Instituição de Ensino

3.1.1 Objetivos da Instituição de Ensino

A Escola Municipal Presidente Castelo Branco, partindo da problematização da sociedade, introduzir e desenvolver o conhecimento científico; formas de convivência em grupo, as habilidades de raciocínio e de linguagem, para formar leitor e autor de textos, que use a ortografia correta e o vocabulário adequado para conseguir pela fala e/ou escrita organizarem o seu pensamento e contextualizar os conhecimentos; e encontrar soluções aos conflitos da vida, tem como objetivo atingir a educação de qualidade para todos seus alunos:

- Garantir de forma sistemática a apropriação do conhecimento acumulado pela humanidade; desenvolver as diversas habilidades;
- Contribuir para o desenvolvimento integral do sujeito histórico; para ter visão de mundo coesa, coerente e consistente;
- Resolver conflitos individuais, de grupos e coletivos;
- Alicerçada em valores éticos busca estimular, promover e oportunizar o processo de construção coletiva, participativa na sociedade para manter e/ou transformá-la de forma consciente, crítica, criativa e responsável.

3.1.2 Plano de ação da instituição de ensino (em anexo)

O Plano de Ação se constitui em importante instrumento de gestão no qual deve contemplar ações e estratégias para superação de problemáticas diagnosticadas e que interferem no alcance das metas estipuladas, observando período de execução, acompanhamento e avaliação.

3.2 Encaminhamentos e Ações Didático-pedagógicas Permanentes

3.2.1 Organização das aulas não presenciais

Em relação a organização das aulas não presenciais os avanços obtidos foram significativos, com o passar dos dias professores e alunos foram ampliando

o conhecimento, além de estarem adquirindo novas ferramentas para facilitar sua vida escolar e atender as demandas propostas. Os professores e equipe pedagógica elaborando atividades de acordo com a carga horária de cada disciplina, onde a equipe pedagógica semanalmente visitando as famílias dos alunos, entregando e recolhendo apostilas em forma de módulos seguindo a proposta curricular. Os encontros virtuais com os alunos, foram realizados através de vídeos, lives e aplicativos Whats App que complementavam as atividades impressas através de aulas gravadas ou dúvidas esclarecidas.

Os avanços observados foram em relação à tecnologia, pois professor/aluno foram a cada desafio, encontrando meios para solucioná-los, porém no pedagógico os avanços foram mínimos, o que deixou uma lacuna que precisa ser preenchida a cada dia, com retomadas de conteúdos usando diferentes metodologias para alcançar resultado..

3.2.2 Ao Atendimento Educacional Especializado

Em relação ao Atendimento Educacional Especializado, a escola conta com uma Sala de Recursos Multifuncional, que atende alunos com necessidades educacionais especiais, os mesmos são atendidos no período da tarde em contraturno, e esse atendimento tem contribuído para um melhor desempenho dos alunos no ensino regular, com a professora trabalhando de acordo com os conteúdos desenvolvidos em sala de aula, usando metodologias diferenciadas, principalmente com atividades concretas, também procura na medida do possível estar sempre em contato com os demais professores por intermédio da equipe gestora e sempre que possível o contato direto com os mesmos.

Para os atendimentos em sala de recurso multifuncional o ponto de partida dificuldades do aluno e o resgate de sua autoestima, efetivação e valorização da aprendizagem. Nesse contexto, o professor assume o papel de motivador na busca de recursos que atendam a necessidade de aprendizagem do aluno, sensibilizando na construção do conhecimento e propiciando um ambiente sócio afetivo favorável ao alcance da auto estima, intelectual, moral e social utilizando-se de todos os recursos disponíveis.

Para que o trabalho colaborativo e das diferentes disciplinas ocorra com sucesso é necessário que os profissionais envolvidos mantenham um diálogo constante somem suas responsabilidades quanto ao processo de ensino, e após conhecer as necessidades e potencialidades do aluno estabeleça objetivos comuns a serem alcançados, como a flexibilização curricular a avaliação diferenciada, a organização de metodologia e estratégias pedagógicas, de forma a atender as necessidades educacionais especiais os alunos.

Plano de atendimento educacional especializado é o planejamento das intervenções pedagógicas a serem desenvolvidas na SRM, professores das disciplinas, equipe pedagógica, profissionais externos à escola que acompanha o desenvolvimento do aluno além dos familiares.

Este plano consiste na descrição das características do desenvolvimento do aluno e proposta de atendimento: objetivos, plano de ação, atividades, período de duração, resultados esperados, resultados obtidos e observações complementares.

3.2.3 Instâncias Colegiadas

Entendida como de fundamental importância para a instituição, a gestão escolar compartilhada ou democrática é a melhor aliada do gestor no que diz respeito as tomadas de decisões, pois envolve toda equipe/comunidade escolar imputando ao mesmo tempo responsabilidade e direitos de participação.

A composição das Instancias Colegiadas se dá por processo eletivo, uma por eleição nos segmentos representativos e outra por Assembleia Geral e as duas compostas por paridade representativa, ou seja, seus membros são escolhidos entre professores, equipe pedagógica, funcionários administrativos, serviços gerais, pais ou responsável legal, alunos e sociedade civil organizada.

Além da participação nas tomadas de decisões e na contribuição para elaboração e adequação do PPP, acompanhando seu desenvolvimento e avaliando seus resultados, este é o principal órgão na gestão dos recursos financeiros.

Quanto ao Conselho Escolar, de acordo com seu Estatuto, possui quatro funções fundamentais sendo: deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora,

sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da Instituição de Ensino em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais emanadas da legislação vigente (nacional, estadual e municipal, do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar)

3.2.4 Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma reunião avaliativa em que diversos especialistas envolvidos no processo ensino - aprendizagem discute acerca da aprendizagem dos alunos. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma ou aluno.

O Conselho de Classe da Escola Municipal Presidente Castelo Branco tem como objetivo o aprimoramento do diagnóstico dos problemas e dificuldades, obtenção de informações para facilitar o aconselhamento ao aluno, busca de soluções alternativas para as dificuldades que aparecem, elaboração de programas de recuperação e outras atividades de apoio, tomar decisões em relação à vida escolar dos alunos, identificação dos progressos e mudanças de comportamentos dos alunos.

O Conselho de Classe acontece ao final de cada bimestre ou de acordo com as necessidades surgidas no dia a dia e é constituído pelo diretor, pedagogo e por todos os professores que atuam na instituição de ensino, com o intuito de analisar o desempenho dos alunos, as ações educativas, indicando alternativas que busquem garantir e intervir em tempo hábil o processo de aprendizagem.

3.2.5 Avaliação e Recuperação de Estudos

Segundo a LDB, artigo 24, paragrafo V alínea e: “Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferencia paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino

em seus regimentos”. A avaliação de estudos de forma paralela será ofertada concomitante às atividades letivas, sendo integrada ao processo de ensino, estando incluídas nas oitocentas (800) horas e duzentos (200) dias letivos.

Tendo assim caracteriza-se por uma recuperação de conteúdos a alunos que não obtiveram a média prevista por lei e terão oportunidade de realiza-la uma vez que a recuperação paralela não visa somente à melhoria da nota e sim a recuperação de conteúdos. Nessa perspectiva a recuperação n Escola Municipal Presidente Castelo Branco, será realizada no decorrer do ano letivo e concomitante ao conteúdo em que o aproveitamento do aluno for considerado insuficiente. No decorrer de cada bimestre, após cada avaliação retomam-se os conteúdos, através de novas explicações, estratégias diferenciadas e atividades complementares. A oferta de recuperação de estudos deve ser oportunizada a todos os alunos independente de estarem ou não com o rendimento acima da média. Os resultados recuperação deve estar registrado no Livro de Registro de Classe on line (LRCOM) a nota prevalecer deverá ser sempre a maior.

3.2.6 Adaptação de Estudos

A adaptação de estudos é o conjunto de atividades pedagógicas desenvolvidas, sem prejuízo das atividades normais da série ou período em que o aluno se matricular para que possa seguir com proveito o novo currículo. Pode ser realizada durante os períodos letivos ou entre eles a critério da escola. Para efetivação do processo de adaptação, o setor responsável do estabelecimento deverá comparar o currículo, especificar as adaptações a que o aluno estará sujeito, elaborar um plano próprio, flexível e adequado a cada caso e ao final do processo elaborar a ata de resultados e registrá-los no Histórico Escolar do aluno e no Relatório Final encaminhado à SEED. Caberá aos/às Professores/as Pedagogos/as, à Coordenação, a decisão sobre a necessidade ou não de estudos de adaptação, após análise dos respectivos planos curriculares.

3.2.7 Classificação e Reclassificação

A classificação nas séries iniciais do ensino fundamental da Escola Presidente Castelo Branco terá objetivo de posicionar o aluno em uma das séries do Ensino Fundamental, com base nas experiências e desempenhos adquiridos por ele, exceto para ingresso no 1º ano do ensino fundamental. A classificação poderá ser feita através de promoção para os alunos que cursaram a série anterior na própria escola; por transferência, para alunos procedentes de outras escolas, efetuando - se a avaliação a avaliação diagnóstica , quando necessária, por avaliação independente de comprovação de escolaridade anterior, que define o grau de conhecimento do aluno e permita a sua matrícula na série adequada.

A classificação dependerá de aprovação nas avaliações realizadas tendo caráter pedagógico centrado na aprendizagem.

Caberá à Unidade Escolar legitimar a classificação e os resultados contidos nos atos legais, deverão ser registrados em todos os documentos da vida escolar do aluno.

- a) por promoção, para alunos que cursaram com aproveitamento, a série, etapa, ciclo, período ou fase anterior na própria escola; b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas do país ou do exterior, considerando a classificação na escola de origem; c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série, ciclo, período, fase ou etapa adequada. (DELIBERAÇÃO Nº 09/01 – CEE, P.6).

Entende-se por reclassificação o procedimento pelo qual a unidade escolar avalia o grau de desenvolvimento e experiência do aluno matriculado, visando o reposicionamento do aluno em série diferente daquele em curso, tendo como referência a avaliação nas áreas de conhecimentos da Base Nacional comum do currículo.

A reclassificação poderá ser solicitada pelo professor, com base nos resultados de avaliação diagnóstica, e também pelo próprio aluno, quando maior ou seu responsável, quando menor, através de requerimento dirigido ao diretor da escola. O direito de reclassificação é usufruído pelo aluno aprovado ou retido e

matriculado na própria unidade escolar ou para o aluno matriculado através de transferência, estando sujeito à avaliação em todas as áreas de conhecimento.

O aluno poderá requerer a reclassificação no caso de ter ficado retido por não atingir a frequência mínima exigida, desde que seu desempenho em todas as áreas de conhecimento tenha sido satisfatório e após efetuar a sua matrícula na série a qual foi retido.

3.2.8 Progressão Parcial

É a possibilidade, assegurada por lei, de o aluno ser promovido para a série (ou período) seguinte mesmo não alcançando resultados satisfatórios em algumas disciplinas da série anterior. A progressão parcial consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que em seu capítulo sobre a Educação Básica orienta: “nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino”.

A Progressão Parcial é uma das formas de garantir o acesso e a permanência do aluno à escola, possibilitando o combate à evasão escolar, à distorção idade-série e a prevenção da repetência, que muitas vezes, desestimula os estudantes a prosseguirem seus estudos.

3.2.9 Aproveitamento de Estudos

O aproveitamento de estudos se dá através de avaliação de acordo com a capacidade do aluno de absorver o conhecimento e expressá-lo em suas ações no dia a dia. Havendo aproveitamento de estudos, o Estabelecimento transcreverá no Histórico Escolar a carga efetivamente cumprida pelo aluno, com aproveitamento na escola de origem para fins de cálculo de carga horária total do curso. A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem.

3.2.10 Articulação entre etapas de ensino

A transição as Educação Infantil para o Ensino Fundamental, a implantação do Ensino Fundamental de nove anos (Lei 11.277/06) garantiu o acesso da criança de seis anos de idade. Oportunizando um tempo mais longo no convívio escolar para seu desenvolvimento e seu aprendizado. Nesse fase a Escola Municipal Presidente Castelo Branco procura se inteirar da vida escolar anterior da criança através dos pareceres descritivos onde constam suas potencialidades e necessidades de forma acolher cada criança e garantir os direitos de aprendizagem específico dessa faixa etária desenvolvendo em seu plano de trabalho recursos como: jogos brincadeiras, brincadeiras, brinquedos, cantigas, dramatizações sendo estes recursos facilitadores e motivadores da aprendizagem escolar. Nesse sentido faz-se necessário uma proposta que atenda também as necessidades de desenvolvimento da adolescência nas etapas posteriores do Ensino Fundamental. O principal dessa etapa é não focar apenas em como ensinar, mas em como preparar o aluno para aprender, podemos citar também o acolhimento que é fator importantíssimo para a continuidade do trabalho com sucesso.

3.2.11 Superação a Evasão e Abandono Escolar

Na Escola Presidente Castelo Branco com o objetivo de superar a evasão e abandono escolar são realizadas algumas ações, tais como; controlar a frequência escolar diária e bimestralmente, com recursos do LRCOM (Livro de Registro de Classe Online), tendo os professores e equipe pedagógica como responsáveis; encaminhamentos dos casos de alunos com infrequência escolar, de acordo com orientações de combate ao abandono e evasão escolar.

3.2.12 Articulação da Instituição de Ensino com as famílias

É de suma importância a parceria entre Instituição e família quando o objetivo é o desenvolvimento de nossos alunos.

A presença dos pais na escola é muito importante na construção da educação, é um fator determinante para o desempenho do aluno, pois conhecer a família de um aluno é conhecer e compreender o próprio aluno.

A família exerce o principal papel na modificação da conduta dos filhos no meio social, é nela que a criança adquire conhecimentos para se adaptar em diferentes meios, pois a família é responsável por educar os indivíduos para viver em sociedade.

Para que os pais participem do cotidiano escolar dos filhos é necessário que a escola tome a iniciativa de convidá-los, visto que muitos pais não têm o conhecimento de como é o processo de aprendizagem ou mesmo, como podem auxiliar nas dificuldades encontradas na instituição.

Por isso, uma das formas mais utilizadas pelas escolas para que os pais participem do aprendizado dos filhos, é o dever de casa, que é uma forma para que possam perceber as dificuldades e o rendimento do filho.

Aqui em nossa escola o contato com os pais acontece em reuniões bimestrais ou quando chamados individualmente para tratarem de assuntos específicos; em apresentações de datas festivas e em encerramentos de projetos concluídos aqui em nosso estabelecimento de ensino, porém a escola é aberta para que os pais tenham acesso para participar da vida escolar de seus filhos.

3.2.13 Estágio Obrigatório e/ou Não Obrigatório

De acordo com a Lei 11.788/08, Decreto nº 8654/2010 o estágio é um ato educativo escolar supervisionado desenvolvido no ambiente de trabalho, onde as atividades devem estar adequadas as práticas pedagógicas em relação ao educando. Na Escola Municipal Presidente Castelo Branco, acadêmicos de curso superior, por 30 horas semanais desenvolvem funções de estagiários auxiliando os professores na sala de aula e nos projetos práticos da instituição.

A Escola Municipal Presidente Castelo Branco recebe estagiárias de diversas instituições, estes estagiários são da formação de docentes e curso de Pedagogia, são exigências que a instituição de ensino curricular determina para exercer a profissão de professora de Educação infantil e ensino fundamental.

No período de estágio concebe um espaço de conexão entre diferentes realidades entre a teoria e a prática, que possibilita um momento de experiências e conhecimento supervisionado e concretizado pela formação de experiências de ensino.

3.2.14 Organização da Instituição de Ensino frente ao acompanhamento e realização da hora atividade

Na organização do horário semanal da escola, segue-se a instrução de distribuição de aulas emitida pela Secretaria de Estado da Educação que define o número de horas atividades do professor. Este momento é dedicado ao planejamento do conteúdo semanal, preparação de materiais e recursos didáticos, correção de avaliações, troca de experiências com colegas da mesma área ou série e equipe pedagógica, num estudo e discussão de diversos temas.

Na organização do horário, a escola respeita ao máximo as possibilidades para que os professores das mesmas disciplinas possam planejar no mesmo momento, também o horário é organizado para que a hora atividade seja o mais concentrada possível, para que o professor possa desenvolver seus estudos e planejamentos com mais qualidade as aulas, considerando também a problemática do professor não ter dedicação exclusiva na escola, ou seja, professores que precisam fechar sua carga horária em mais do que uma escola, fator este agravado pela redução da carga horária da hora atividade. Este momento também se caracteriza por um espaço de formação, uma vez que o professor planeja sua ação reflete sobre ela enquanto manutenção e adequação dos procedimentos pedagógicos necessários para ensino.

A hora atividade é de grande importância ao desenvolvimento docente e da necessidade de troca de experiência com demais professores, com teoria para uma pesquisa sobre os resultados que a hora atividade acompanhada pelo pedagogo proporciona no trabalho do professor.

3.2.15 Formação Continuada para os profissionais da instituição de ensino

A formação continuada vem de encontro a prática docente de cada professor, uma vez que cada profissional se especializou em uma formação acadêmica diferente.

A Secretaria Municipal de Educação fornece cursos de capacitação programando com antecedência no Calendário Escolar durante todo o ano letivo, durante a formação é feito o registro da frequência por meio de listas, além disso, vários outros cursos estão disponíveis na plataforma AVAMEC (Tempo de Aprender) e a certificação é enviada para a Secretaria de Educação, para fins de comprovação de sua realização, “Aprender Valor”, trata-se de cursos de formação profissional e pessoal oferecido pelo Banco Centra, sua realização fica a critério de cada professor; Programa a União Faz a Vida e momentos de estudos organizados pela equipe da SEED através do Educa juntos e outros cursos também ofertados por equipe multidisciplinar de forma presencial.

3.2.16 Avaliação de Desempenho dos Profissionais da educação

A avaliação e desempenho dos profissionais da educação da Escola Presidente Castelo Branco são função de um grupo composto por três (03) profissionais do quadro efetivo da escola, que avaliará durante o período de estágio probatório, o profissional será submetido à avaliações periódicas semestrais, onde serão analisados os seguintes requisitos necessários, tais como: disciplina e cumprimento dos deveres; assiduidade e pontualidade; eficiência e produtividade; capacidade de iniciativa; responsabilidade; criatividade; cooperação e postura ética; após a avaliação criteriosa da equipe, o funcionário é convidado para análise de cada item, em seguida são sugeridas ações para melhoria e rendimento no trabalho bem como para o crescimento pessoal, os demais servidores da escola em estágio probatório também passam por essa avaliação, porém, com um grupo de avaliadores composto por diversos funcionários da rede municipal. O profissional que obter média acima de 70 (setenta) em uma escala de 10 a 100, depois de decorrido 03 (três) anos de estágio probatório, será considerado estável no serviço público.

Para o profissional efetivo avaliação para o avanço vertical, serve de base para o crescimento dos profissionais do magistério e para alcançar os resultados desejados, melhorar seu desempenho e promover a evolução do profissional.

A avaliação também serve para progressão de uma classe para outra imediatamente superior, para essa avaliação, o profissional recebe uma ficha de auto avaliação, onde são considerados alguns fatores, como: qualidade de trabalho, iniciativa e criatividade, competência interpessoal, responsabilidade com o trabalho, zelo por equipamentos e materiais, relações com a comunidade, participação de curso de formação, assiduidade e pontualidade, foco no educando e outros fatores estabelecidos no Regulamento de Promoções dos Profissionais do Magistério Público. Depois do formulário preenchido pelo funcionário é devolvido para a direção da instituição, que irá à presença do profissional analisar cada item e fazer os comentários necessários para melhor desempenho das suas funções.

3.3 Outras atividades complementares ofertadas pela instituição de ensino

Além de todo o planejamento pedagógico trabalhado na Escola Municipal Presidente Castelo Branco, também é desenvolvido os seguintes projetos:

- Agrinho - é um programa educativo oferecido pelo SENAR, onde os alunos, principalmente da zona rural, têm acesso a temas e conteúdos que não estão na grade curricular, onde os professores trabalham temas, redações e desenhos.
- Aprender Valor - é um programa que trabalha a educação financeira é oferecido pelo Banco central, que estimula o desenvolvimento de competências e habilidades de criança e jovens nas tomadas de decisões futuras.
- União Faz a Vida - trata-se de um programa de Educação do Scredi, seu principal objetivo é construir e vivenciar atitudes de cooperação e cidadania.

Vale ressaltar que todos esses programas não tem nenhum custo para escola e município, a não ser a dedicação dos professores, equipe pedagógica e funcionários da escola.

3.4 Proposta Pedagógica Curricular (PPC) (em anexo)

Trata-se de um documento da instituição de ensino que ampara a organização do conhecimento no currículo. É na proposta pedagógica curricular que se expressa os fundamentos conceituais, metodológicos e avaliativos de cada disciplina curricular ou da área do conhecimento. A proposta pedagógica curricular da Escola Municipal Presidente Castelo Branco, tem como base de elaboração a matriz curricular, fundamentada na Base Nacional Comum.

3.5 Matriz Curricular (em anexo Matriz Curricular vigente de 2021)

As estruturas curriculares são as diretrizes que definem a atuação de uma instituição de ensino e que caracterizam as disciplinas e as cargas horarias de cada curso, pois, quando um aluno se matricula em determinada instituição de ensino, ele toma como base as informações na proposta da matriz curricular da instituição.

A Escola Municipal Presidente Castelo Branco possui a proposta pedagógica e planejamento pedagógico como documentos que estabelecem as metas, a teoria e conceitos que nortearão os trabalhos ao longo do ano.

3.6 Calendário Escolar (em anexo o calendário vigente de 2021)

Das mais variadas tarefas de Gestão da escola, uma das mais importantes é a preparação do Calendário escolar. O calendário vai conduzir a realização de várias atividades importantes para os alunos, pais e para a própria instituição, durante todo o ano. O calendário escolar é um documento oficial que a escola deve obedecer. O calendário escolar é montado pela equipe Da secretario de Educação com a participação da Gestão da escola, definir um calendário escolar, não é simplesmente uma prática interna para organizar as atividades realizadas pela instituição. É também, uma obrigação legal que fiscaliza o trabalho da instituição.

O calendário da Escola Municipal Presidente Castelo Branco está organizado de forma que seja respeitado os feriados, conselho de classe, estudos e planejamento, férias, e recessos.

4. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

A avaliação do Projeto Politico Pedagógico será revisto anualmente face as estratégias utilizadas no diagnostico, os princípios didático-pedagógicos definidos, o planejamento das ações, as tomadas de decisões coletivas e a execução das ações por todos os segmentos desta instituição de ensino, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar para redimensionar o processo educativo com vistas à melhoria na qualidade de educação. Para realização da avaliação Institucional pressupõe-se a delimitação de indicadores e instrumentos, em que consonância com a legislação vigente e orientações regulamentadas pela mantenedora, articuladas com o PPP.

5. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. I. de. (2007). **Formação de professores: múltiplas possibilidades e inúmeros parceiros**. In: GHEDIN, E. (Org.). Perspectivas em formação de professores. Manaus: Editora Valer.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- CAVALCANTE, L. I. P. (2007). **Formação continuada, profissionalização docente e a complexidade de ser professor**. In: Ghedin, E. (Org.). Perspectivas em formação de professores. Manaus: Editora valer.
- DAVIS, C. L. F.; OLIVEIRA, Z. M. R. de. **Psicologia na Educação**. 2º. Ed, São Paulo: Cortez, 1990. v. 1.
- DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1987.
- FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1996.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 17ª, Ed, São Paulo: Cortez, 2005.
- PARANÁ. Secretaria do Estado da Família e Desenvolvimento Social. **Proteção integral das crianças e do adolescentes: instrumentos normativos nacionais, internacionais**. /organizado por Ana Cristina Brito Lopes. Curitiba: SECS, 2013.
- SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **Alfabetização como processo discursivo**. 1987. Tese (Doutorado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade de Campinas. 1987.
- SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento**. 3ª. Ed, Campinas: Papirus, 1994.
- VASCONCELLOS, Celso. **Avaliação: concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. 15. Ed. São Paulo: Libertad, 2005.
- VASCONCELLOS, C.S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do Projeto Político-Pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 6ª Ed, São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar.** In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (Org.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone, 1978.

VYGOTSKY, Lev. S. **Aprendizagem e desenvolvimento na Idade Escolar. In: Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** Vigostky, L. Luria, A. Leontiev, A.N. 11ª. Ed, São Paulo: Ícone, 2010.

VYGOTSKY, Lev. S. **O desenvolvimento dos conceitos científicos na infância. Cap. 6. Pensamento e linguagem.** 2011, p. 93-95. Versão para eBook eBooksBrasil.com. Disponível em: www.jahr.org. Acesso, 25 de junho de 2011.

WAJSKOP, G. **Brincar na pré-escola.** 7ª. Ed, São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, D. **O sentido da pedagogia e o papel do pedagogo.** In: Revista da ANDE, São Paulo: Cortez, nº. 9, p.27-28, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **Educação no Brasil: concepção e desafios para o século XXI.** Revista HISTEDBR on-line, Campinas, n. 3, jul. 2001. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica –2008

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Ministério da Educação, 1999.

_____. **Constituição federal.** Brasília, DF, 1989.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Plano decenal de educação para todos.** Brasília: MEC, 1993.

_____. Lei nº 11.788 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudante.** Diário oficial União: Seção 1, Brasília, DF.

_____. Ministério de Educação Secretaria de Educação Básica – **Ensino Fundamental de Nove Anos / Orientações para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade.** 2ª edição. Brasília, 2007.

PARANÁ. **Deliberação nº 07/99** - Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, 1999.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Básico para a escola pública do Estado do Paraná.** Curitiba, 1990.

_____. **Deliberação n.º 02**, de 02 de junho de 2003. Conselho Estadual de Educação. Curitiba. p. 20. 2003.

_____. **Resolução 4527/2011**, de 25 de outubro de 2011. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 2011.

AVAMEC, Tempo de Aprender.
<[https://avamec.mec.gov.br/avamec>ws/instituicao/seb/conteudo/modulo/4417/mod3/slide30.html/](https://avamec.mec.gov.br/avamec/ws/instituicao/seb/conteudo/modulo/4417/mod3/slide30.html/)>. Acesso em 26/10/2021.

GASPAR, Magna Lúcia Furlanetto: **O processo de avaliação da aprendizagem escolar na prática pedagógica**. Dia-a-dia Educação, 2021. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1770-6.pdf>>. Acesso em: 31/11/2021.

Legislação citada anexada pela coordenação de estudos legislativos – CEDI.
Câmara leg. br. - Lei 11.738 de 11/07/2088
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm> .
Acesso em 30/10/2021

O QUE É LETRAMENTO, **SAE digital**, 2021. Disponível em:
<<https://sae.digital/o-que-e-letramento/>> Acesso em 31/1/21021.

Orientações para (re) elaboração e implementação e avaliação de proposta pedagógica na Educação Infantil, 2006. p. 70). Dia-a-Dia Educação.
<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/ed_inf_orientacoes_de_b.pdf> Acesso em: 31/10/2021

INDICADORES EDUCACIONAIS, **IDEB Escola INEP. Gov. br.**. Disponível em:
<<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica>> Acesso em:31/10/2021

METAS	METAS ALCANÇADAS EM	PROJEÇÕES			AÇÕES	MÉTODO DE TRABALHO	PERÍODO	RECURSOS	RESPONSÁVEIS
		2020	2021	2022					
Aproximar a família da escola	30%	55%	75%	98%	Realizar atividades que envolvam a participação da família junto com os alunos/crianças (projetos). Convidar os pais para participarem de eventos.	Eventos planejados e organizados; Reunião com as famílias para juntos planejarem as ações.	Bimestral	Vários tipos de materiais que variam de acordo com evento. Para cada evento prever antecipadamente e os materiais necessários.	Equipe Gestora Pedagógica e professores.
IDEB	5,0%	6,9%	6,9%	7,0%	Usar os resultados anteriores como indicadores para planejar ações que possibilitem elevar o índice de aprendizagem, trabalhando as dificuldades de cada aluno individualmente com apoio da equipe pedagógica e professores; Elaborar cronograma semanal de atendimento para tentar sanar as dificuldades apresentadas, observando os descritores com menor índice de acertos; Convidar os pais dos alunos que não alcançaram o objetivo esperado, para motivá-los; Realizar simulados para que os alunos se familiarizem com as provas, aprendem a administrar o tempo, controlar a ansiedade, conhecer seus pontos fortes e fracos e definir estratégias para a resolução das questões; Preparar os alunos para diversas situações; Jogos em plataformas digitais gratuitas ofertadas pelo MEC, orientadas pelo professor.	Simulados; jogos pedagógicos, recursos tecnológicos e vídeos.	Durante o ano todo.	Material impresso; vídeos; jogos pedagógicos.	Equipe Gestora Pedagógica e professores.
PROVA PARANÁ	50%	60%	63%	65%	Aumentar o índice de acertos da Prova Paraná ; Retomar os conteúdos; Trabalhar simulados; Divulgar para a família o que o aluno está fazendo;	Simulados impressos para trabalhar em casa; Jogos nas plataformas digitais gratuitas ofertadas pelo MEC e orientadas pelo professor.	Bimestral	Realização de simulados impressos; Recursos tecnológicos (vídeos).	Equipe Gestora Pedagógica e professores.

AGRINHO	60%	65%	70%	75%	Trabalhar os temas os temas transversal às disciplinas convencionais, inserindo temas como meio ambiente, ética, cidadania, saúde e outros que permeiam a vida cotidiana no campo e na cidade e nem sempre encontram meios para serem trabalhados.	Visita ao site Agrinho área virtual do aluno e professor; Modelos de atividades com roteiros direcionados.	De acordo com o cronograma	Revista impressa	Equipe gestora, pedagógica e professores.
Escola no Campo	70%	72%	75%	78%	Promover e orientar os alunos sobre os cuidados com o meio ambiente e qual a responsabilidade de cada um, além da conscientização quanto ao trabalho infantil.	Levar o educando a passeios onde o conhecerá nascentes e florestas, levando-o a aprender a respeitar o meio ambiente.	De acordo com o cronograma	Palestras; Expedições e passeio, seguindo o protocolo de saúde.	Equipe gestora, pedagógica e professores.
A União Faz a Vida	50%	52%	60%	65%	Apoiar o desenvolvimento de projetos que visem a melhoria do aprendizado.	Integrar os alunos, família e escola.	Semestral	Palestras; Expedições e passeio, seguindo o protocolo de saúde.	Equipe gestora, pedagógica e professores.
Olimpíada da Língua Portuguesa	50%	55%	60%	65%	Incentivar os alunos a estreitar vínculos com a comunidade e a realidade local.	Propiciar eventos e projetos de leituras.	De acordo com o cronograma	Vídeos, atividades impressas e on line.	
APMF	50%	50%	70%	75%	Integrar os membros da APMF, convidar os envolvidos para participar de palestras com assuntos diversos.	Reuniões; APMF presente na escola; Relatórios.	Durante todo o ano.	Convite pelo WhatsApp; Convite impresso.	Equipe Gestora Pedagógica e professores.
Conselho Escolar	50%	50%	70%	75%	Incentivar a atuação do Conselho Escolar participativo em todas as decisões; Um Conselho atuante.	Promover reuniões debates e parcerias para definir e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à unidade escolar e discutir projetos.	Anual	Convite pelo WhatsApp; Convite impresso.	Equipe gestora.
Conselho de classe	50%	60%	80%	90%	Bom senso referente à realidade do aluno. Propor que em reuniões alternativas, para que todos os participantes sejam ouvidos dando sugestões e encaminhamentos para melhorar o rendimento dos alunos com dificuldades.	Conselho com ata lavrada. Discutir em reuniões o desenvolvimento e dificuldade dos alunos e propor soluções para melhor desenvolvimento dos alunos.	Bimestral	Material do professor.	Equipe gestora, pedagógica e professores.
Bullying, Racismo, Homofobia, Violência, Abuso sexual	50%	50%	75%	85%	Propor a abordagem de temas por meio de leitura, pequenos contos e ilustrações que remetam a diversidade, seja ela, de raça, sexo e outras, para amenizar os conflitos que possam ocorrer.	Oferecer aulas dinâmicas com a utilização de vídeos, historias, musica e palestra com profissionais da saúde.	Nas datas específicas.	Vários tipos de materiais como: Vídeos, livros, gibis, fantoches e folders informativos, que variam de acordo com o tema proposto.	Equipe gestora, pedagógica e professores.
Articulação entre as etapas de 5º e 6º ano do ensino fundament	50%	50%	65%	80%	Contribuir com a continuidade do processo de ensino-aprendizagem nessa etapa de ensino, com objetivo de amenizar as rupturas	Promover encontros e trocas de experiências com os profissionais envolvidos diretamente com o 5º e 6º anos.	Novembro e dezembro	Relato feito pelo professor em conselho de classe de final de ano;	Equipe pedagógica e professores.

al.					vivenciadas nesta etapa de ensino. Registrar em ata o conselho de classe da instituição de ensino fundamental anos iniciais, encaminhar para instituição dos anos finais.	Estabelecendo contato mais direto entre os seus profissionais com objetivo de planejar e articular a mudanças de “fase” ou processo de transição, entre as etapas.		Relatório dos alunos de sala de recursos para acompanhamento o no 6º ano.	
Atividades culturais	50%	50%	75%	85%	Despertar a curiosidade científica, treinando os estudantes na utilização de métodos que o estimulem a formular questões científicas baseadas na realidade cotidiana por eles vivenciada e despertando um maior interesse pela escola, com a elevação da frequência às aulas e melhoria da aprendizagem. Proporcionar momentos onde a família possa participar de atividades.	Executar receitas culinárias; Construir ou confeccionar maquetes; Contar histórias.	Bimestral	Material necessário para executar o proposto.	Equipe gestora, pedagógica e professores.
Busca Ativa de alunos fora da escola	70%	85%	90%	95%	Solicitar relação de crianças com idade entre 6 a 12 anos para verificar se existe crianças nesta faixa etária fora da escola.	Contatar a família da criança para orientar da obrigatoriedade por lei da entrada e permanência da criança na escola.	Fevereiro	Telefone e visita a família.	Equipe gestora e pedagógica.
Acesso e permanência	60%	90%	92%	95%	Acompanhar o registro de frequência por meio do LRCO do professor.	Acompanhamento da frequência se dará por meio do registro de presença, em caso de faltas comunicar a família da importância da presença efetiva do aluno em sala de aula e a obrigatoriedade da permanência na escola.	Durante o ano	LRCO Telefone e visitas a família.	Equipe pedagógica e professores.
Formação Continuada	-	-	-	-	Promover, incentivar a participação e permanência do professor nas formações.	Acompanhar a aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula	Durante o ano	Material necessário para executar o proposto.	Equipe pedagógica.
Hora Atividade	-	-	-	-	Promover e incentivar o acompanhamento para o aproveitamento total na preparação do material pedagógico.	Acompanhar o profissional durante a hora atividade.	Durante o ano.	Material necessário para executar o proposto.	Pedagogo.

PLANO DE AÇÃO

**ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO
 ENSINO FUNDAMENTAL**

Rua José Freire de Almeida Nº40 - Bandeirantes D^o Oeste

MATRIZ CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL¹

ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO					
NRE: 13- NUCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO – GOIOERE			MUNICÍPIO: 2084 – QUARTO CENTENARIO		
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 37 – ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO					
ENDEREÇO: RUA JOSÉ FREIRE DE ALMEIDA Nº40, BANDEIRANTES DO OESTE CEP: 87368-000					
FONE: (44) 3561-1112					
ENTIDADE MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO					
CURSO (4035): ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL					
TURNO: MANHÃ		C.H. TOTAL DO CURSO: 4000 HORAS		DIAS LETIVOS ANUAIS: 200 DIAS LETIVOS	
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2020			FORMA: SIMULTÂNEA		
ORGANIZAÇÃO: ANUAL					
COMPONENTES CURRICULARES (DISCIPLINAS)	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
ARTE ²	01 aula	01 aula	01 aula	01 aula	01 aula
CIÊNCIAS					
EDUCAÇÃO FÍSICA ²	01 aula	01 aula	01 aula	01 aula	01 aula
ENSINO RELIGIOSO ³	01 aula	01 aula	01 aula	01 aula	01 aula
GEOGRAFIA					
HISTÓRIA					
LÍNGUA PORTUGUESA					
MATEMÁTICA					
Total de horas relógio semanais	20h	20h	20h	20h	20h

Quarto Centenário, 27 de Outubro de 2021.


 Elizabete Rodrigues da Silva
 Direção

¹ Matriz Curricular de acordo com LDB nº 9394/96.

² Disciplina ministrada por professor especialista.

³ Ensino Religioso: matrícula facultativa para o estudante. Será ofertada atividade pedagógica correspondente ao ano escolar de matrícula, aos alunos que fizerem a opção de não frequência para o cumprimento da carga horária. As atividades estarão articuladas aos conteúdos da BNCC e desafios socioeducacionais que proporcionem aprofundamento de habilidades já adquiridas ou a apropriação de conteúdos ainda não aprendidos pelo estudante.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
 CALENDÁRIO ESCOLAR - 2021

Instituição: Escola Municipal Presidente Castelo Branco
 Município: Quarto Centenário Telefone: (44) 3561-1112

Janeiro							Fevereiro							Março									
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S			
					1	2				2	3	4	5	6				1	2	3	4	5	6
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	7	8	9	10	11	12	13			
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	14	15	16	17	18	19	20			
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	21	22	23	24	25	26	27			
24	25	26	27	28	29	30	28							28	29	30	31						
31																							

1 - Ano Novo

Abril							Maio							Junho								
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S		
					1	2	3						1				1	2	3	4	5	
4	5	6	7	8	9	10	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12		
11	12	13	14	15	16	17	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19		
18	19	20	21	22	23	24	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26		
25	26	27	28	29	30		23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30					
							30	31														

2 - Paixão 4 - Páscoa 21 - Tiradentes 1 - Dia do Trabalho 3 - Corpus Christi

Julho							Agosto							Setembro								
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S		
					1	2	3															
4	5	6	7	8	9	10	7	8	9	10	11	12	13	14	22	5	6	7	8	9	10	11
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18		
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25		
25	26	27	28	29	30	31	29	30	31					26	27	28	29	30				

7 - Independência

Outubro							Novembro							Dezembro								
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S		
					1	2																
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	19	5	6	7	8	9	10	11	
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18		
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25		
24	25	26	27	28	29	30	28	29	30					26	27	28	29	30	31			
31																						

12 - N. S. Aparecida 15 - Dia do Professor 2 - Finados 15 - Proclamação da República 19 - Emancipação Política PR 25 - Natal

Férias - 02/01 a 31/01
Estudo e Planejamento - 01 e 02/02
Início e término das aulas
Recesso
Início e término do bimestre
Conselho de classe
Feriado

AVALIAÇÃO BIMESTRAL	
1º Bimestre - 03/02 a 23/04 - 53 dias	
2º Bimestre - 26/04 a 09/07 - 49 dias	
3º Bimestre - 26/07 a 30/09 - 47 dias	
4º Bimestre - 01/10 a 17/12 - 51 dias	
TOTAL - 200 DIAS	

Horário de Funcionamento	Intervalo/min
Manhã 07:45 as 11:45	15 min
Tarde 13:00 as 17:00	15 min

Ano Letivo
 1ª sem. 102 dias
 2ª sem. 98 dias
 Total 200 dias

Observações
1. Os dias destinados ao Estudo e Planejamento para profissionais da educação não poderão ser computados para cumprimento da exigência legal da carga horária letiva para os estudantes. Deliberação 02/2018 - CEE/PR
2. O dia do Professor será comemorado em recesso antecipado no dia 11/10.
3. No dia 7 de agosto, comemora-se o Dia do Funcionário de Escola.
4. No dia 11 de agosto, comemora-se o dia do Estudante.
5. No dia 28 de outubro, comemora-se o dia do Servidor público.
6. No dia 20 de novembro, comemora-se o dia da Consciência Negra.
7. No dia 29 de abril comemora-se o aniversário do município e no dia 13 de maio a padroeira.

Elizabete Rodrigues da Silva
 Diretora
 Portaria 021/2020
 RG 4.306.874-1

ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE
 CASTELO BRANCO ENSINO FUNDAMENTAL
 CNPJ 01.090.038/0001-65
 Rua José Freire de Almeida, 40
 Band. do Oeste - Quarto Centenário/PR
 CEP 87.368-000 - Fone: (44) 3561-1112

Valdemir Melero
 Chefe do NRE Goioerê
 Decreto nº 1437/2012
 RG 1145815-7
 CPF 210.968.649-91